

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2011

(BASE NORMATIVA PORTARIA-TCU Nº 123, DE 12 DE MAIO DE 2011)

BRASÍLIA-DF -2012

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Diretoria Administrativa e Financeira

BRASÍLIA-DF -2012



SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010 –	6
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	7
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	7
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	8
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	9
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	10
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	12
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	19
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	19
2.4.2 Programação de Despesas Correntes	19
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	23
2.4.7 Indicadores Institucionais	4
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	1
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	1
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	1
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	2
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	2
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	2
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	5
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	6
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	1
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	1
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	1
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	1
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	1
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	4
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	1
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	3
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	3
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	3
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	4
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	4
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	4
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	5
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	5
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	7
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	7
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010	9
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	9
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	10
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	10
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	11
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	11
13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	11
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010	12
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	13
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	13
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	15
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	16
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	17

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	18
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	18
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	18
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010 –	19
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	19
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	20
18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	20
19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	1
19.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	1
19.1.1 Para o Balanço Patrimonial:.....	1
19.1.2 Para a Demonstração do Resultado do Exercício:.....	2
20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N.º 108, DE 24/11/2010.	1
20.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	1
20.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA.....	2
20.3 PARECER AUDITORIA INDEPENDENTE.....	3
PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –	5
CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	5
21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	6
22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	6
23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	6
24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	6
25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	7
25.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES	7
25.1.1 Política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal.	7
25.1.2 Demonstrativos sobre a remuneração de membros de diretoria e de conselhos.....	1
26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	2
27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	2
28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	2
29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	2
30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	2

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	7
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa do Governo	6
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	19
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	23
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	6
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	4
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	3
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	5
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	7
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	9
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	9
não se aplica a imbel	9
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União SOB-RESPONSABILIDADE da UJ.....	9
não se aplica a imbel.....	9
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	10
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	11
não se aplica a imbel empresa pública.....	11
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	11
não se aplica a imbel empresa pública.....	11
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	13
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	15
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	16
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	17
Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social.....	1
Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades	2
Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores	1
não SE APLICA A IMBEL.....	1

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Indústria de Material Bélico do Brasil			
Denominação abreviada: IMBEL			
Código SIORG: 134	Código LOA: 52221		Código SIAFI: 52221
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: 201-1 Empresa Pública			
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 84.22-1-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3415-5703	(61) 3415-4545	(61) 3415-4538
E-mail: imbel@imbel.gov.br			
Página na Internet: www.imbel.gov.br			
Endereço Postal: QGEX bloco H 3º Piso – SMU – Brasília / DF CEP: 70.630-901.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providencias			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.			
Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.			
Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações.			
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;			
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;			
Decreto Nº 5.338 de 12 de janeiro de 2005. Aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências;			
Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.			
Decreto Nº 3.931, de 19 de setembro de 2001. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL. Aprova a Relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
168003	Indústria de Material Bélico do Brasil		
168004	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Presidente Vargas		
168005	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Itajubá		
168006	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Juiz de Fora		
168007	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica		
168008	Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Estrela		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
16501	Indústria de Material Bélico do Brasil		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
168003 a 168008		16501	

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência

Manter em território nacional, uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas Brasileiras, garantindo a soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

Objetivos Estratégicos

A Constituição Federal não somente atribui às Forças Armadas a responsabilidade de defender o patrimônio nacional como imputou à União assegurar os meios necessários à defesa nacional. Ou seja, é dever constitucional da União disponibilizar os recursos financeiros e materiais para a capacitação de suas Forças Armadas.

Por sua vez, a necessidade de defesa do patrimônio nacional impõe que as Forças Armadas trabalhem para obter os meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional, com efetividade e competência.

Neste contexto está inserida a IMBEL, explicitado no seu Estatuto Social:

I – colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

Buscando a maximização da exploração de sua capacidade instalada, a IMBEL tem se voltado para a fabricação de produtos com aplicação no meio civil, além daqueles exclusivamente de aplicação bélica.

Em 2011, a IMBEL deu início ao cumprimento de seu Plano Estratégico para o período de 2011-2015, que estabeleceu os seguintes Objetivos Estratégicos: priorizar a capacitação dos colaboradores; atingir o crescimento das receitas e reduzir os custos operacionais; buscar a sinergia e integração entre as Unidades de Produção; aumentar capacidade de inovação tecnológica; Buscar parcerias para desenvolvimento de novos produtos com instituições consagradas; atuar junto ao Governo Federal para aumentar o crescimento das receitas; adequar-se à lei de propriedade industrial e às normas ambientais vigentes.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A IMBEL tem por missão desenvolver e fornecer produtos de defesa e seus derivados para uso civil, integrando a Base Industrial de Defesa Nacional.

A Visão de futuro da IMBEL é ser referência nacional como empresa estratégica e instrumento de projeção da indústria de material de defesa brasileira.

A estratégia da IMBEL está fundamentada em quatro pilares, a saber:

- Colaboradores internos – direciona os objetivos estratégicos, projetos e iniciativas visando promover prioritariamente a capacitação dos colaboradores internos da empresa.**
- Eficiência Operacional – orienta objetivos, projetos e ações voltados para o crescimento das receitas, redução de custos, integração entre as unidades e atuação junto ao Governo Federal para assegurar aquisições regulares por parte das Forças Armadas.**
- Inovação Tecnológica – estrutura objetivos, projetos e ações para aumentar a capacidade de inovação tecnológica da empresa, por meio de parcerias e investimentos próprios, de forma a atender, com novos produtos e serviços, as demandas e necessidades dos clientes.**
- Responsabilidade Socioambiental – organiza objetivos, projetos e ações como a finalidade de adequar a empresa às normas ambientais vigentes.**
- Satisfação dos clientes – pilar estratégico fundamental para a sustentabilidade da empresa que orienta objetivos, projetos e ações para assegurar o cumprimento dos contratos e cumprir prazos contratuais.**

Análise do mapa estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Fruto da inserção da IMBEL no Orçamento da União e das profundas transformações pelas quais passa a Empresa, foi necessária uma revisão de todos os procedimentos e rotinas operacionais e administrativas de modo a capacitar o pessoal a utilizar os sistemas envolvidos, em especial o SIAFI.

O Escritório Administrativo foi transferido para a cidade de Brasília, junto à Diretoria da Empresa, permanecendo, a Diretoria Industrial, funcionando na cidade de Piquete-SP.

Assim, no ano de 2011, continuou a consolidação de procedimentos em relação à nova situação da IMBEL como integrante do Orçamento da União. Uma das ações desenvolvidas no ano de 2011 foi a implementação do planejamento estratégico, o qual foi elaborado no exercício de 2010, com apoio de uma consultoria especializada, com um horizonte até 2015.

Plano de ação referente ao exercício a que se referir o Relatório de Gestão

Durante o exercício de 2011 foram mantidos os objetivos estabelecidos na formulação estratégica, assim como os projetos estratégicos para a viabilização econômico-financeira da empresa.

Para alcançar os objetivos estratégicos, a IMBEL em 2011 manteve as seguintes ações, iniciadas no exercício de 2009:

- Descentralização Administrativa: continuação do processo de descentralização para as Unidades de Produção das atividades administrativas e comerciais que eram realizadas em Piquete-SP;
- Transferência de plantas Industriais: implantação das plantas Industriais transferidas da Fábrica Presidente Vargas (FPV) para a Fábrica da Estrela (FE), com a finalidade de preservar a vocação industrial das fábricas;
- Recuperação da capacidade instalada: continuação da recuperação das plantas com a execução da manutenção necessária com a substituição de equipamentos obsoletos e eliminação de gargalos da produção;
- Investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento: desenvolvimento de uma nova família de fuzis e de munição de grosso calibre; e de equipamentos de comunicações.

Em 2011 foram executados prioritariamente projetos técnicos, voltados para a eficiência operacional, inovação tecnológica e capacitação dos colaboradores. O Plano de Ação da IMBEL foi parcialmente executado pelas Unidades de Produção, devido às restrições orçamentárias em relação aos investimentos inicialmente previstos no Plano Estratégico da IMBEL.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0647					
Denominação	PRODUCAO DE MATERIAL BELICO					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana					
Objetivos Específicos	Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública					
Gerente	Diretor Presidente IMBEL					
Público Alvo	Forças armadas brasileiras e polícias militares					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
41.461.612	41.461.612	26.846.851	13.236.635	13.659.525	13.187.327	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Não há, de acordo com SIGPLAN		-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2011

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0901					
Denominação	Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Tipo do Programa	Operações Especiais					
Objetivo Geral	Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Objetivos Específicos	Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Gerente						
Público Alvo	Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.842.237	2.842.237	2.604.082	2.598.209	6.178	2.597.905	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Não há, de acordo com SIGPLAN					

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2011

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0642					
Denominação	Tecnologia de Uso Terrestre					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana					
Objetivos Específicos	Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tencológico de interesse do Exército					
Gerente	Vice-Chefe do DCT					
Público Alvo	Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
52.000.000	52.000.000	50.389.707	32.788.416	18.974.273	31.415.435	
Informações sobre os resultados alcançados						
Or de m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Não há, de acordo com SIGPLAN					

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2011

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	0750					
Denominação	Apoio Administrativo					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Apoiar Administração					
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios adminstrativos para a implementação e gestão de seus programas finalístico					
Gerente						
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação			Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
112.220.971	119.292.071	119.208.212	115.693.326	4.700.149	114.508.063	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Não há, de acordo com SIGPLAN					

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2011

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
5	122	750	2000	A	4	-	(1)	(1)	(1)
5	301	750	2004	A	3	UNID.	6.414	5.051	6.414
5	301	750	20CW	A	3	UNID.	1.409	2.177	1.400
5	306	750	2012	A	3	UNID.	1.974	1.983	1.974
5	331	750	2011	A	3	UNID.	661	745	661
5	365	750	2010	A	3	UNID.	67	28	67
5	572	642	4403	P	4	UNID.	1	1	-
5	153	642	4528	A	4	UND.	1.498.343	1.418.909	-
22	122	647	4105	A	4	-	(1)	(1)	(1)
22	662	647	3500	P	4	%	53 %	0%	-
28	846	901	002F	OP	3	-	(1)	(1)	(1)
28	846	901	0022	OP	3	-	(1)	(1)	(1)

Fonte: SIGPLAN/SIAFI.

(1) Não há previsão de execução física na LOA para a Ação.

Análise do cumprimento das metas físicas:

As Ações do **Programa 0750 – Apoio Administrativo** foram cumpridas satisfatoriamente em termos de metas físicas no ano de 2011, como se pode observar:

- **Ação 2000 – Administração da Unidade**, não possui previsão de execução física na LOA, mas teve execução financeira acima de 96%, com impacto positivo para manutenção e melhoria das Unidades de Produção da IMBEL;
- **Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, teve execução física em torno de 80% tendo sido beneficiada em média mais de cinco mil pessoas por mês com a concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica, com impacto positivo para a higidez dos servidores e seus dependentes;
- **Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos**, a execução física excedeu a meta prevista na LOA em 54,51%, tendo sido realizados mais de dois mil exames periódicos em 2011, com impacto positivo para a manutenção da saúde física e mental dos servidores;
- **Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados** teve execução física acima de 97%, tendo sido beneficiado mais de um mil e novecentos servidores, com impacto altamente positivo para a empresa e seus servidores;
- **Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**, excedeu a meta prevista em 6% tendo sido beneficiados em média 687 servidores por mês, com impacto positivo por custear parte das despesas realizadas pelos servidores nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho;
- **Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, a execução física foi de 42%, tendo sido atendida 28 crianças em idade pré-escolar de servidores da IMBEL.

- Os resultados alcançados em 2011 pelas Ações do **Programa 0750** foram significativos para a consecução dos objetivos de médio e longo prazo da IMBEL.

As Ações do **Programa 0642 – Tecnologia de Uso Terrestre**, sob a responsabilidade da IMBEL, tiveram execução física satisfatória em 2011, com impacto positivo para alcance dos objetivos de médio e longo prazo tanto da IMBEL como do Exército Brasileiro, a saber:

- **Ação 4403 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre** tem contribuído para que a IMBEL realize Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de interesse do Exército e das demais Forças Armadas, além de P&D de materiais e equipamentos de uso dual. Em 2011 em função das restrições orçamentárias foi realizada apenas uma pesquisa, mas com impactos positivos para a empresa e para o Exército, pois tal pesquisa diz **respeito** ao desenvolvimento de uma nova família de fuzis, com tecnologia nacional, para atender prioritariamente as Forças Armadas e secundariamente às Forças de Segurança Pública do país;
- **Ação 4528 – Produção de Material de Emprego Militar**, principal Ação que contribui para o alcance dos objetivos organizacionais da empresa. Possibilita a fabricação de materiais, equipamentos e armamentos de interesse do Exército e demais Forças Armadas, além de produtos duais para Forças de Segurança Pública do país. Em 2011, o cumprimento da meta física ficou em torno de 95%, tendo sido produzidos mais de um milhão e quatrocentas unidades de materiais de emprego militar e duais.

As Ações do **Programa 0647 – Produção de Material Bélico** foram cumpridas parcialmente em termos de metas físicas no ano de 2011, devido às restrições orçamentárias:

- **Ação 3500 - Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental**, projeto destinado à preservação do meio ambiente, por meio de projeto para tratamento de águas dos efluentes das Unidades de Produção Química da IMBEL. Em 2011, as metas físicas não foram atingidas, devido às restrições orçamentárias e priorização, de outros projetos;
- **Ação 4105 - Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional**, Ação destinada à realização de obras de manutenção e adequação da infraestrutura operacional das Unidades de Produção da IMBEL. Tem contribuído de forma significativa para execução dos projetos de recuperação e modernização da capacidade produtiva das fábricas, além de manutenção das plantas e instalações industriais da empresa. Esta Ação não possui previsão de execução física na LOA. Em 2011, a execução financeira realizada foi 27% menor do que o previsto na LOA, devido às restrições orçamentárias.

Os resultados alcançados com as Ações do **Programa 0647** são relevantes para continuidade da recuperação e modernização das Unidades de Produção da IMBEL, além de contribuírem significativamente para a consecução dos objetivos organizacionais da empresa.

As Ações do **Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais** foram satisfatoriamente executadas em 2011:

- **Ação 002F - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**, não possui previsão de execução física na LOA. A execução financeira da Ação foi de 100%, possibilitando o pagamento de condenações pecuniárias vincendas de pequeno valor, não enquadradas como precatórios, a cargo da IMBEL;
- **Ação 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**, não possui previsão de execução física na LOA. A execução financeira da Ação foi de 86,75% possibilitando a IMBEL o cumprimento de decisões judiciais relativas a Sentenças Transitadas em Julgado.

Ações que apresentaram problemas de execução

A Ação 3500 - Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental e a Ação 4105 **Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional** ambas do Programa 0647 - **Produção de Material Bélico**, tiveram problemas de execução. Na **Ação 3500**, não houve a liberação de recursos para a continuidade do projeto, por motivos de contingenciamento e restrições orçamentárias. Na **Ação 4105** os recursos financeiros alocados foram **27%** menores do que o previsto, havendo ainda dificuldades administrativas nos processos licitatórios, tendo sido liquidados apenas **50%** dos valores empenhados no ano de 2011.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Não ocorreu nenhuma ação que superou as expectativas planejadas

Ações Prioritárias na LDO

Ação 3500 - Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental

a) Principais resultados

Dos recursos previstos (R\$ 4.820.000) na LOA 2011 para esta ação, foram liberados somente 2%. Apesar de prejudicada, a IMBEL prosseguiu com a implantação dos sistemas de proteção ambiental na Fábrica Presidente Vargas (FPV), executando as seguintes atividades: aquisição de kits para coleta seletiva; prensa enfardadora de resíduos sólidos; aquisição de serviços e equipamentos para manutenção no sistema de tratamento de água e efluentes. A construção do leito de secagem da Estação de Tratamento de Despejo Industrial, ainda encontra-se em andamento.

Para completar a meta física prevista para esta Ação está planejada a implantação do sistema de tratamento biológico, a implantação de 03 (três) sistemas de proteção ambiental e a recuperação do sistema de tratamento de efluentes gasosos.

b) Principais problemas

O principal problema enfrentado nesta Ação foi de ordem orçamentário-financeira, com destaque para os seguintes aspectos: Os recursos previstos no orçamento de 2011, que foi contingenciado, não permitiram a implantação de todos os sistemas de proteção ambiental demandados pela FPV.

c) Descentralização de recursos

Em função do contingenciamento do orçamento, a IMBEL manteve o Plano de Trabalho previsto para 2011 procurando contemplar, no ano corrente, todas as ações não atendidas.

Ação 4105 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional

a) Principais resultados

Em 2011, foram realizadas nas Unidades de Produção da IMBEL atividades de manutenção e obras de adequação da infraestrutura operacional, das quais se pode destacar:

- Fábrica Presidente Vargas (FPV): ampliação e automatização das oficinas de tancagens ácidas da produção de Nitrocelulose e TNT; realizadas manutenção e aquisição de materiais de consumo para as linhas de produção; aquisição de equipamentos para os laboratórios para garantia da qualidade dos produtos.

- Fábrica de Juiz de Fora (FJF): a UP iniciou a implantação da linha de produção de estojos, modernizou parte de suas plantas fabris, foram adquiridos materiais de consumo para utilização nas linhas de produção e aquisição de equipamentos para os laboratórios para garantia da qualidade dos produtos.

- Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE): foram realizadas obras para modernização da infraestrutura, adquiridos materiais de consumo para finalização do desenvolvimento do rádio Mallet e contratação de empresa de consultoria para auxiliar no processo de certificação da ISO 9001:2008.

- Fábrica de Itajubá (FI): foram desenvolvidas ações para modernização da fábrica, com destaque para obras tais como: execução de projeto, fabricação e implantação de dispositivos de fixação de peças para atender os requisitos de redução de tempo de usinagem, incremento da qualidade e repetibilidade, reforma do forno combustol da oficina de tratamento térmico, serviços de recuperação dos geradores da Rede Elétrica Piquete/Itajubá; foram adquiridos materiais de consumo, para utilização nas linhas de produção; e adquiridos materiais de consumo para finalização do desenvolvimento do Fuzil IA2.

- Fábrica da Estrela (FE): recuperação da infraestrutura das plantas de RDX e espoletas, serviço de substituição e programação do PLC e IHM da unidade de nitração do RDX; projeto básico e executivo para instalação de uma unidade para produção de trinitroresorcinol (TNR) com tratamento de efluentes; aquisição com instalação de 01 (uma) máquina encartuchadeira para emulsão, dentre outras ações de manutenção da infraestrutura.

b) Principais problemas

Na execução da Ação, alguns problemas ocorreram:

- Orçamentário/Financeiros: o contingenciamento de recursos dificultou a execução da Ação.

- Aquisições/Licitações/Contratos (Lei 8.666/93): As plantas industriais da IMBEL são muito antigas (muitas com mais de 40 anos), o que dificulta a aquisição de peças e a contratação de empresas para a manutenção de tais plantas. O ritual legal conflita com a necessidade de agilidade para atividade industrial/comercial.

c) Descentralização de recursos

Os recursos da fonte 250 são descentralizados à medida que as Unidades de Produção geram receita de venda de produtos ou serviços.

Ação 4528 – Produção de Material de Emprego Militar

a) Principais Resultados

No ano de 2011, a IMBEL atingiu 94% da meta estabelecida para a ação.

As tabelas abaixo resumem os principais resultados obtidos em termos de produção de MEM, nas cinco fábricas da IMBEL:

Produto	Unid.	Quantidade	
		Prevista	Realizada
<i>Fábrica Presidente Vargas - FPV</i>			
Éter Etílico Para Pólvoras	l	35.750	24.795
Grãos Propelentes Mort 120 PRPA	pç	1.400	1.400
Grãos Propelentes SBAT 70	pç	5.000	4.183
Grãos Propelentes THUNDER	pç	0	5
Involucros de Nitrofilme	pç	24.000	37.822
Nitrocelulose Caça	kg	0	9.250
Nitrocelulose Colódio Desidratada	kg	1.108.172	981.161
Nitrocelulose para Pólvora BS/BD	kg	37.700	0
Nitrofilme	m²	0	856
Plastex	kg	0	1.170
Pólvora BD	kg	0	0
Pólvora BS	kg	18.245	7.695
Trotil	kg	281.225	236.025
<i>Fábrica de Juiz de Fora - FJF</i>			
TIRO 105 AE M1 B1	pç	3.269	3.373
TIRO 120 AE CONV B1	pç	918	920
TIRO 120 AE PR	pç	1.000	927
TIRO 120 AE PRPA	pç	584	0
TIRO 120 CONV LST	pç	0	10
TIRO 120 EXC PR (INE)	pç	0	152
TIRO 155 HE M 107	pç	1.118	1.133
TIRO 60 AE M4	pç	242	0
TIRO 90 AE TR (HE-T)	pç	0	30
<i>Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica - FMCE</i>			
Des. e Fornecimento do Sist. de Com. para a VBTP	Un	2	3
Quadros de Comutação de Transmissores	Un	3	3
Svç de Adaptação de Monitores	Un	9	0
Transceptor TRC-1193 Manpack (FAPEB)	Un	39	0
<i>Fábrica de Itajubá – FI</i>			
Calibrador	pç	0	287
Cutelaria	pç	0	4.786
Fuzil Carabina	pç	9.869	939
Peças/Acessórios	pç	0	132.217
Pistolas	pç	34.596	21.852
Transformação FAL / PARAFAL	pç	0	8.451

<i>Fábrica da Estrela – FE</i>			
Ácido Nítrico	kg	0	188.316
ANFO	kg	695.000	132.500
Booster	pç	147.200	142.056
Cápsula Iniciadora	pç	1.200	6.232
Composição	kg	5.500	2.035
Cordel Detonante	m	4.207.000	2.241.250
Emulsão	kg	310.000	306
Espoleta	pç	4.178.000	403.891
Espoletim	pç	10.000	187.962
Estifinato Chumbo	kg	0	1
Estopim	m	1.221.500	368.000
Mecanismo de Retardo	pç	0	72
Petardo	pç	0	3.200
Pólvora Negra	kg	6.000	4.417
RDX	kg	3.000	0

b) Principais Problemas Enfrentados

Na execução da Ação 4528 – Produção de Material de Emprego Militar a IMBEL enfrentou alguns problemas tais como:

- Administrativos:
 - ❖ Restrições
Ritual da Lei 8.666. Dificuldade na contratação de profissionais, devido à imposição de concurso público e à baixa remuneração. Dificuldade no desenvolvimento de fornecedores que atendam as exigências legais.
 - ❖ Providências
Propor adequação da Lei à realidade de uma indústria estatal de defesa. Finalizar e aprovar o novo Plano de Emprego, Carreiras e Salários. Continuar o programa de desenvolvimento e qualificação de novos fornecedores. Dar ênfase nas licitações no tipo técnica e preço. Continuar o programa de treinamento de seus profissionais.
- Ambientais
 - ❖ Restrições
Dificuldade na contratação de empresas qualificadas para tratar alguns efluentes líquidos e os altos custos para o saneamento das pendências ambientais.
 - ❖ Providências
Continuar o desenvolvimento e qualificação de empresas especializadas e certificadas pelos órgãos ambientais neste tipo de serviço.
- Tecnológicos
 - ❖ Restrições
Parque industrial antigo e dificuldade de manutenção dos processos produtivos.
 - ❖ Providências
Investimento na recuperação e modernização da capacidade produtiva.
- Licitações
 - ❖ Restrições
Ritual da Lei 8.666. Dificuldade no desenvolvimento de fornecedores que atendam as exigências legais.
 - ❖ Providências
Propor adequação da Lei à realidade de uma indústria estatal de defesa. Continuar o programa de desenvolvimento e qualificação de novos fornecedores. Dar ênfase nas licitações no tipo técnica e preço.

c) Descentralização de recursos

Apesar das restrições acima citadas, a liberação de recursos ocorreu de maneira linear ao longo do ano o que possibilitou o cumprimento das metas estabelecidas pela empresa.

Ação 4403 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre

Considerações sobre o alcance/efetividade das metas físicas e financeiras.

As pesquisas realizadas na IMBEL, na sua quase totalidade, são em parceria com o Exército Brasileiro ficando a cargo da IMBEL somente a demanda no campo de recursos humanos, particularmente pelos engenheiros militares passados a

disposição da IMBEL. No ano de 2011, foram desenvolvidas diversas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Seguem abaixo, informações sobre as pesquisas desenvolvidas:

Família Fuzil IA2 - Aquisição de materiais de produção e contratação de serviços técnicos profissionais para o desenvolvimento do fuzil.

Avaliação Técnica encerrada do Fuzil de Assalto 5,56 IA2, aguardando recebimento do Relatório Técnico Experimental (RETEx).

Fuzil de Assalto 7,62 IA2 em testes internos na Fábrica de Itajubá para finalização das 30 unidades solicitadas para envio ao Centro de Avaliação do Exército (CAEx).

Rádio Modelo TRC 1193 Mallet - Aquisição de materiais de produção e contratação de serviços técnicos profissionais para o desenvolvimento do rádio.

A avaliação técnica-operacional do equipamento foi iniciada pelo CAEx, sendo que toda parte técnica foi concluída em dezembro com êxito, restando a parte operacional.

Foram entregues ao CTEx 04 rádios nas versões veiculares amplificadas (versão 202). Restando 35 portáteis que estão em produção com previsão de entrega até abril de 2012.

As versões 203 e 204 já estão em desenvolvimento

Manutenção da Infraestrutura - Aquisição de equipamentos para melhoria no controle da qualidade dos produtos.

Pesquisa & Desenvolvimento - Aquisição de instrumentos de bancada para laboratório a serem utilizados no controle da qualidade das matérias primas e produtos.

Alto Explosivo RDX - Serviço de substituição e programação do Programador Lógico Computadorizado (PLC) e Interface Homem Máquina (IHM) da unidade de nitração do RDX

Projeto Barraca- Desenvolvimento do Sistema de Abrigos Temporários (SATi)

b) Principais Problemas Enfrentados

- O contingenciamento em 60% de recurso para esta ação autorizado na LOA2011.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
IMBEL	52221	168002

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		43.453.325	49.166.367	0	0	131.438.504	142.400.280
	PLOA		44.254.312	33.365.193	0	0	133.479.754	142.400.280
	LOA		44.254.312	33.365.193	0	0	133.479.754	142.400.280
CRÉDITOS	Suplementares		7.450.000	14.500.000	0	0	1.478.100	529.701
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						1.857.000	
Outras Operações								
Total			51.704.312,00	47.865.193,00	-	-	133.100.854,00	142.929.981,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2010 E 2011

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		30.790.754	44.900.000				
	PLOA		30.790.754	44.900.000				
	LOA		30.790.754	44.900.000				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			30.790.754,00	44.900.000,00	-	-	-	-

Em R\$
1,00

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	174.891.829	191.566.647	30.790.754	44.900.000		
	PLOA	177.734.066	175.765.473	30.790.754	44.900.000		
	LOA	177.734.066	175.765.473	30.790.754	44.900.000		
CRÉDITOS	Suplementares		8.928.100	15.029.701			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		1.857.000				
Outras Operações							
Total		184.805.166	190.795.174	30.790.754	44.900.000,00	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2010 E 2011

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa				Valores em R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	168002	05122075020000001	50.903.325,00		
	Recebidos	168003		50.903.325,00		
	Concedidos	168002	28846090100220001	578.696,03		
	Recebidos	168004		270.393,70		
		168005		14.918,38		
		168007		6.290,00		
		168008		287.093,95		
	Concedidos	168002	05122075020000001			53.224.477,07
	Recebidos	168003				21.412.108,80
		168004				8.538.068,44
		168005				11.458.917,98
		168006				8.166.062,29
		168007				1.770.422,54
		168008				1.878.897,02
	Concedidos	168002	05153064245280001			49.763.034,03
	Recebidos	168003				4.553.473,69
		168004				18.069.875,20
		168005				12.464.424,17

		168006			8.875.829,27
		168007			2.491.030,99
		168008			3.308.400,71
	Concedidos	168002	05301075020040001		4.061.635,00
	Recebidos	168003			4.061.635,00
	Concedidos	168002	05301075020CW0001		74.323,44
	Recebidos	168003			31.918,36
		168005			30.403,70
		168007			5.363,00
		168008			6.638,38
	Concedidos	168002	05306075020120001		8.274.400,00
	Recebidos	168003			8.274.400,00
	Concedidos	168002	05331075020110001		1.599.336,00
	Recebidos	168003			121.303,67
		168004			91.717,50
		168005			775.041,65
		168006			248.783,74
		168007			235.884,14
		168008			126.605,30
	Concedidos	168002	05365075020100001		76.737,00
	Recebidos	168003			76.737,00
	Concedidos	168002	05572064244030001		126.715,65
	Recebidos	168003			31.953,72
		168004			31.597,93
		168005			63.164,00
	Concedidos	168002	22122064741050030		7.183.405,39
	Recebidos	168003			1.357.052,79
		168004			1.949.982,88
		168005			469.417,20
		168006			1.137.892,38
		168007			451.002,03
		168008			1.818.058,11
	Concedidos	168002	22662064735000103		83.948,52
	Recebidos	168004			83.948,52
	Concedidos	168002	28846090100220001		1.025.386,44
	Recebidos	168003			4.401,53
		168004			159.368,68
		168005			803.091,94
		168006			4.510,00
		168007			25.304,89
		168008			28.709,40
	Concedidos	168002	288460901002F0001		1.000.000,00
	Recebidos	168004			52.912,08

		168005				319.943,81
		168007				11.779,02
		168008				615.365,09
Movimentação Externa	Concedidos	168002	05122075020000001			63.312,20
	Recebidos	167082				63.312,20
	Concedidos	168002	22122064741050030			69.367,75
	Recebidos	167252				69.367,75
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	168002	05122075020000001	993.978,40		
	Recebidos	168003		727.693,76		
		168004		37.882,07		
		168005		9.302,05		
		168006		63.434,83		
		168007		76.791,19		
		168008		78.874,50		
	Concedidos	168002	05572064244030001	499.957,56		
	Recebidos	168004		97.692,37		
		168005		57.150,00		
		168007		316.215,19		
		168008		28.900,00		
	Concedidos	168002	22122064741050030	19.571.998,30		
	Recebidos	168004		2.986.958,37		
		168005		2.980.169,56		
		168006		9.430.271,88		
		168007		360.932,12		
		168008		3.813.666,37		
	Concedidos	168002	22662064735000103	7.499,00		
	Recebidos	168004		7.499,00		

Fonte: SIAFI2011

Análise crítica

O recebimento/concessão da LOA2011, teve uma redução do custeio e investimento em relação a LOA2010, face aos ajustes das receitas próprias e do tesouro.

As movimentações internas e externas seguiram o planejamento da IMBEL impactando positivamente na realização dos objetivos propostos para o ano de 2011.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1..1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	63.976.247,27	53.546.086,97	40.062.895,75	32.318.175,50
Convite	1.282.314,53	1.618.355,98	742.027,75	1.221.602,10
Tomada de Preços	6.814.661,06	8.887.533,73	2.664.930,85	2.476.926,11
Concorrência	18.666.883,56	13.169.498,54	13.469.161,53	6.368.732,78
Pregão	37.212.388,12	29.870.698,72	23.186.775,62	22.250.914,51
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	31.271.974,13	43.005.243,83	23.819.990,79	28.729.607,33
Dispensa	12.967.769,81	26.443.366,98	10.312.791,82	18.767.707,14
Inexigibilidade	18.304.204,32	16.561.876,85	13.507.198,97	9.961.900,19
Regime de Execução Especial	207.971,98	158.749,48	202.192,68	158.749,48
Suprimento de Fundos	207.971,98	158.749,48	202.192,68	158.749,48
Pagamento de Pessoal	49.070.683,23	49.435.229,42	48.212.897,55	49.422.600,34
Pagamento em Folha	48.431.424,23	48.450.622,41	47.596.139,87	48.449.932,25
Diárias	639.259,00	984.607,01	616.757,68	972.668,09
Outros	54.521.976,22	44.446.358,80	49.410.751,73	39.914.367,17
Totais	199.048.852,83	190.591.668,50	161.708.728,50	150.543.499,82

Fonte: SIAFI GERENCIAL TABELA NE 2011 E 2010

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	51.482.021,03	49.041.809,22	50.351.172,66	48.451.312,57	1.130.848,37	590.496,65	50.351.172,66	48.451.312,57
Vencimentos e Vantagem	33.282.163,31	33.281.244,95	33.282.163,31	33.281.244,95	-	-	33.282.163,31	33.281.244,95
Obrigações Patronais	12.666.755,63	12.779.439,04	12.360.308,15	12.779.439,04	306.447,48	-	12.360.308,15	12.779.439,04
Despesas Exer. Anter.	2.545.907,88	591.186,81	1.721.506,99	690,16	824.400,89	590.496,65	1.721.506,99	690,16
Demais elementos do grupo	2.987.194,21	2.389.938,42	2.987.194,21	2.389.938,42	-	-	2.987.194,21	2.389.938,42
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	126.493.398,54	123.465.658,80	102.987.892,54	98.209.598,30	23.505.506,00	25.256.060,50	102.193.789,13	98.209.598,30
Obrigações Tributárias	46.075.529,80	38.406.090,26	42.426.518,05	35.442.628,68	3.649.011,75	2.963.461,58	42.258.763,82	35.442.628,68
Materiais	40.677.676,03	44.785.807,61	24.882.966,79	31.812.885,06	15.794.709,24	12.972.922,55	24.823.671,32	31.812.885,06
Outros Serviços Gerais de Terc PJ	33.561.902,90	36.570.632,02	29.672.286,29	27.369.802,82	3.889.616,61	9.200.829,20	29.107.454,82	27.369.802,82
Demais elementos do grupo	6.178.289,81	3.703.128,91	6.006.121,41	3.584.281,74	172.168,40	118.847,17	6.003.899,17	3.584.281,74
Totais	177.975.419,57	172.507.468,02	153.339.065,20	146.660.910,87	24.636.354,37	25.846.557,15	152.544.961,79	146.660.910,87
Fonte: SIAFI GERENCIAL TABELA NE 2010 E 2011								

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	21.073.433,26	18.084.200,48	3.883.279,11	18.084.200,48	11.291.461,70	14.200.921,37	9.692.603,59	3.883.279,11
Equipamento e Material Perm.	17.350.015,06	13.303.305,42	2.805.029,55	13.303.305,42	7.871.882,37	10.498.275,87	9.388.764,72	2.805.029,55
Outros Serviços Gerais de Terc PJ	3.181.704,97	1.015.065,10	183.966,18	1.015.065,10	2.955.936,27	831.098,92	225.768,70	183.966,18
Obras Instalações	403.467,01	3.428.964,05	649.916,59	3.428.964,05	362.584,00	2.779.047,46	40.883,01	649.916,59
Demais elementos do grupo	138.246,22	336.865,91	244.366,79	336.865,91	101.059,06	92.499,12	37.187,16	244.366,79
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	21.073.433,26	18.084.200,48	3.883.279,11	18.084.200,48	11.291.461,70	14.200.921,37	9.692.603,59	3.883.279,11

Fonte: SIAFI GERENCIAL TABELA NE 2010 E 2011

Análise crítica

A IMBEL reduziu consideravelmente as aquisições diretas, apesar das necessidades de insumos para produção. Isto é fruto de planejamento e empenho dos integrantes, que aumenta as contratações por meio das Licitações.

O passivo da IMBEL acumulados em anos anteriores e a tributação dos produtos de defesa em nível Federal e Estadual fez com que as obrigações tributárias fossem as “outras despesas correntes” de maior vulto, visto que o ano 2011 foi excelente em faturamento para a IMBEL.

Houve um crescimento de aplicação em investimento no ano de 2011, com ênfase em equipamento, modernizando o parque industrial, para atender as Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa.

4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

NÃO SE APLICA A IMBEL

2.4.7 Indicadores Institucionais

QUADRO 2.4.3 QUADRO INDICADORES INSTITUCIONAIS

INDICADORES	OBJETIVOS	METAS	FÓRMULA	NOTA	METODOLOGIA	RESULTADOS 2011
Faturamento Bruto	Aumentar o faturamento	12% aa	_____	: faturamento acumulado até o mês i do ano j : faturamento acumulado até o mês i do ano j - 1	Dados do faturamento obtidos do módulo de distribuição no Enterprise Management System - EMS	11%
Controle de despesas	Reduzir as despesas administrativas	3% aa	_____	: despesa administrativa acumulada até o mês i do ano j. : despesa administrativa acumulada até o mês i do ano j-1.	Custeio por absorção, apontado por centros de custo conforme módulo de controladoria do EMS	Acréscimo de 12%
Controle de estoques	Manter estoques em níveis aceitáveis	25% a 35%	_____	O índice corporativo de controle adotado é a média móvel dos últimos 12 meses dos estoques sobre o faturamento acumulado nesse mesmo período	Cálculo das necessidades e monitoramento dos módulos de controladoria e finanças e de distribuição no EMS	47%
Treinamento	Desenvolver habilidades e aperfeiçoar as competências de todos os colaboradores	100%	_____	—	Norma de treinamento interno da empresa Código 0.N.14.N-001 Treinamento de Pessoal Emissão 07/05/2010	79%
Segurança do Trabalho	Manter os níveis das Taxas de frequência e de gravidade dos acidentes típicos, abaixo dos limites toleráveis da Organização Internacional do	FA ≤ 50	_____	FA é a taxa de frequência de acidentados com lesão (com ou sem afastamento). N é o número de acidentados com lesão (com ou sem afastamento). H representa as horas - homem de exposição ao risco.	NBR 14280 – Cadastro de Acidentes do Trabalho.	17,84

	Trabalho	$G \leq 500$	$\frac{\text{---}}{\text{---}}$	G é a taxa de gravidade T é o tempo computado que corresponde aos dias perdidos decorrentes de uma lesão pessoal somado aos dias que se debitam em caso de incapacidade permanente ou morte. H representa as horas - homem de exposição ao risco.	NBR 14280 – Cadastro de Acidentes do Trabalho.	93
INDICADORES	OBJETIVOS	METAS	FÓRMULA	NOTA	METODOLOGIA	RESULTADOS 2011
Produtividade da mão de obra	Aumentar a utilização da capacidade real	80%	$\frac{\sum_i^N (X_i * N_i)}{X_{\text{Total}}}$	X_i = tempo padrão dos produtos; N_i = quantidade produzida dos produtos; X_{total} = n° de horas de mão-de-obra direta apontadas em cartão no referido mês	Horas apropriadas nos centros de custo com base na metodologia de custeio por absorção conforme módulo de estoque do EMS.	44%
Manutenção da Capacidade Estratégica	Reduzir as despesas com a manutenção da capacidade estratégica	20% a 30%	$\frac{\text{---}}{\text{---}}$	C = custo; D = despesas; DA = despesa administrativa; DC = despesas comerciais.	Apontamento das despesas por centro de custo com base na metodologia de custeio por absorção conforme módulo de controladoria do EMS	39%
Índice de refugo	Reduzir as perdas com refugo	1,5%	$\frac{\text{Valor do refugo}}{((C + D) - (DA + DC))}$	C = custo; D = despesas; DA = despesa administrativa; DC = despesas comerciais.	Custeio por absorção relacionado às ordens de serviço e centros de custo conforme módulo de controladoria do EMS	3%
Índice de devoluções	Reduzir os índices de devoluções	zero	$\frac{(\text{Valor da devolução})}{(\text{faturamento})}$	—	Monitoramento do módulo de distribuição do EMS	6,92%

Fonte: DPTEC

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

A IMBEL não possui passivo por insuficiência de crédito.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.714.084,70	0,00	1.714.084,70	0,00
2009	234.118,17	17.189,52	216.928,65	0,00
2008	7.607,05	0,00	7.607,05	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	38.333.393,82	5.346.444,97	30.830.290,13	2.156.658,72
2009	2.568.385,79	324.206,01	1.795.786,77	448.393,01
2008	190.180,75	13.825,59	176.355,16	0,00
Observações: inscrito RAP não processados liquidados a pagar valor de 22.643,85				

Fonte: SIAFI GERENCIAL TABELA NE2011 e Balancete 2011

4.2 Análise Crítica

A inscrição de valores em restos a pagar torna-se quase inevitável, haja vista as diversas atividades que demandam longos prazos de liquidação, como é o caso das importações. Dentro das particularidades de cada unidade de fabricação, tem sido desenvolvido um acompanhamento dos valores inscritos, de modo a celerizar a liquidação dos mesmos.

O impacto do RP no limite de pagamento é gerenciado no decorrer do ano, sendo prioritárias de forma a terminá-lo no ano corrente, as exceções da reinscrição se deve as Importações e obras que atrasam por problemas fora de alcance da administração, além de desenvolvimento de matérias e processos para inovação da produção.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício 2011	Egressos no exercício 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) (1)	2.184	1.952	98	321
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.184	1.952	98	321
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.184	1.952	98	321
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	2.184	1.952	98	321

Fonte:DPRHU

(1) - Limite de pessoal próprio autorizado: 2.232 - Portaria nº 7, 19/05/2006, expedida pelo MPOG/DEST, DOU 97, 23/05/2006.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) (1)	56
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	56
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	3
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	59

Fonte:DPRHU

(1) - Cedidos: 56 empregados vinculados à IMBEL por força de processos administrativos de anistia (Prólogo S/A). Lei n ° 8.878, 11/05/1994 e Decreto n° 6.077, 10/04/2007.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício 2011	Egressos no exercício 2011
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão (1)	45	44	16	14
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	45	44	16	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	45	44	16	14

Fonte:DPRHU

(1) - Do limite de pessoal próprio autorizado, 2% destina-se a cargos/empregos em comissão (2.232 x 2% = 45).

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	255	406	728	483	80
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	255	406	728	483	80
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	1	5	10	19	9
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	10	19	9
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	256	411	738	502	89

Fonte: DPRHU

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	211	767	827	147	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	211	767	827	147	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	27	17	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	27	17	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	211	767	827	174	17	-	-
LEGENDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte:DPRHU

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional (1)	274	33
2.1 Voluntária	193	30
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	81	3
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	274	33

Fonte:DPRHU

1) - Empregados aposentados, inclusive por invalidez, pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS)

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12
(1) - não se aplica na IMBEL.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	32	37	47	52	204.052,36
1.1 Área Fim	23	26	33	37	142.836,65
1.2 Área Meio	9	11	14	15	61.215,71
2. Nível Médio	41	36	40	35	116.879,52
2.1 Área Fim	29	26	28	25	81.815,66
2.2 Área Meio	12	10	12	10	35.063,86
3. Total (1+2)	73	73	87	87	320.931,88

Fonte: DPRHU

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício s	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercício s	2011	19.637.673,93	0	2.175.274,76	9.113.564,67	640.244,99	0	0	0	0	31.566.758,35
	2010	19.195.199,26	0	2.225.961,34	9.870.687,06	1.252.812,44	0	0	0	0	32.544.660,10
	2009	17.222.254,13	0	2.126.267,47	9.958.173,50	706.785,66	0	0	0	0	30.013.480,76
Servidores com Contratos Temporários											
Exercício s	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercício s	2011	641.078,16	0	53.423,18	17.807,73	0	0	0	0	0	712.309,07
	2010	603.035,52	0	50.252,96	16.750,99	0	0	0	0	0	670.039,47
	2009	561.973,56	0	46.831,13	15.610,38	0	0	0	0	0	624.415,07
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercício s	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercício s	2011	2.854.686,12	0	237.890,51	301.949,79	274.390,71	0	0	0	0	3.668.917,13
	2010	2.472.468,48	0	206.039,04	260.394,01	201.403,83	0	0	0	0	3.140.305,36
	2009	2.214.103,44	0	184.508,62	243.792,51	113.627,17	0	0	0	0	2.756.031,74
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercício s	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DPRHU

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada				
(1) - não se aplica na IMBEL.				

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados				
(1) - não se aplica na IMBEL.				

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados				
(1) - não se aplica na IMBEL.				

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

O **Quadro A.5.12** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva														
Unidade Contratante														
Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL														
UG/Gestão: 168006 / 16501							CNPJ: 00.444.232.0004-81							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	001-02-2011	00.385.735/0001-80	01/04/2011	31/03/2012	39	38	1	1	-	-	A	
Observações:														

Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL													
UG/Gestão: 168003/16501							CNPJ:00444232002697						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	0	011-2-2010	06.172.825/0001-70	1/9/2010	31/05/2011	4	4					E
Observações:													

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL													
UG/Gestão: 168003/16501					CNPJ:00444232002697								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	0	008-9-2007	45.386..216/0001-75	1/1/2011	30/3/2011	6	6	-	-	-	-	A
Observações: O contrato passou a ser gerido pela Unidade Gestora 168004/16501, devido o escritório de Piquete transferiu-se para Brasília,													

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL													
UG/Gestão: 168004/16501						CNPJ:00444232000309							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	0	008-9-2007	45.386..216/0001-75	1/4/2011	31/12/2011	-	-	-	-	-	-	A
Observações: O contrato passou a ser gerido pela Unidade Gestora 168004/16501, devido o escritório de Piquete transferiu-se para Brasília,													

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL													
UG/Gestão: 168007/16501						CNPJ:00444232000643							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	008-4-2011	33285255/0001-05	07/06/2011	31/12/2011	0	6	-	-	-	-	A
Observações:													

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Fonte:FMCE

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

O **Quadro A.5.13** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício. Excetua-se deste Quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.5.12 anterior.

Nota: Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.5.13 sugere-se a utilização do “ <i>Layout da Página</i> ” na orientação “Paisagem” do Editor de Texto.
--

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Não se aplica a IMBEL

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ que seja responsável pela área de recursos humanos, ou que tenha entre as UJ consolidadas uma com essa responsabilidade, deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento. As UJ que não tenham indicadores desenvolvidos para a área de pessoal devem fazer contar essa informação no Relatório de Gestão e informar se há previsão de desenvolvê-los.

Os indicadores deverão ser informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

Em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ tenha desenvolvido e considere adequado informar, interessam aqueles que tratam dos seguintes temas:

- **Absenteísmo:**

Conforme controles internos (sistema integrado TOTVS/DATASUL) a empresa registrou em 2011, em média 223 horas faltas em todo o grupo IMBEL.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:**

No ano de 2011 a empresa registrou 10 acidentes do trabalho com afastamento (+ de 15 dias).

- **Rotatividade (*turnover*):**

A média do turnover registrado na IMBEL no exercício de 2011 foi de 10,49%.

Ingressos em 2011: 98;

Egressos em 2011: 321.

- **Educação Continuada:**

A cada ano a IMBEL estabelece um Plano para o Desenvolvimento e Melhoria do seu Empregado, que é cumprido conforme aprovação orçamentária anual e da disponibilidade dos recursos financeiros.

O investimento em seus recursos humanos é aplicado através da Educação Continuada, que tem como objetivo promover o desenvolvimento de seus empregados e assegurar a qualidade e a produtividade organizacional.

O processo de aprendizagem da Educação Continuada é estabelecido pela participação dos empregados em seminários, palestras, conferências, workshops, cursos de curto prazo interno e externo, entre outros, visto a necessidade que esses empregados têm para se manter atualizados com as novas tendências de mercado, novas metodologias de trabalho, novas tecnologias nas áreas específicas de atuação.

- **Satisfação e Motivação:**

A IMBEL, desde que passou a integrar o orçamento da União como “empresa dependente” (abril/2008), vem paulatinamente aprimorando e/ou implantando novos sistemas de controles e medição de fatores ligados aos seus recursos humanos.

O aprimoramento da metodologia aplicada no programa anual de Avaliação de Desempenho dos empregados (aplicado desde 2007) já se mostra uma ferramenta eficaz que, apesar de alguns empregados questionarem os critérios de notas alegando uma relativa subjetividade do Chefe Avaliador, consegue contemplar, ainda que os recursos financeiros sejam limitados (1% da FOPAG), uma boa parte dos empregados com promoções que variam entre 3% e 6%, de acordo com a eficiência, desempenho e merecimento do trabalhador, observando-se regras claras contidas no sistema de Avaliação de Desempenho e no Plano de Cargos e Salários da IMBEL.

A IMBEL tem um grande desafio para os próximos anos no que se refere à satisfação e motivação de seus empregados uma vez que os baixos níveis salariais praticados na empresa em relação ao mercado é um dos principais fatores de insatisfação e desmotivação dos empregados. A recuperação de perdas na remuneração dos empregados, vêm sendo desde abril de 2008, perseguida pela atual Direção, com o objetivo principal de reter na IMBEL seus melhores profissionais que são constantemente assediados por propostas mais vantajosas ofertada no mercado. A especificidade, e

ao mesmo tempo a diversidade das atividades desenvolvidas na IMBEL (química, metalúrgica e materiais de comunicação eletrônica) impõe aos seus principais gestores, um alto grau de acuidade, em relação à identificação e retenção de profissionais de carreira, essenciais à continuidade de desenvolvimento da empresa, através de propostas desafiadoras de crescimento e desenvolvimento, visando motivar tais empregados.

- **Desempenho funcional:**

Desde 2007, a IMBEL aplica anualmente o sistema de Avaliação de Desempenho, utilizando-se da metodologia 180º (Chefe imediato X subordinado). São 5(cinco) tipos de avaliação (Níveis: Operacional, Profissionalizantes, Técnicos, Especializado e Gestores) contendo 5(cinco) fatores de competências específicas relacionados com a área de atuação e responsabilidades por resultados. Os empregados são avaliados anualmente e os Padrões de Desempenho (insatisfatório, regular, bom, ótimo e modelo de referência), são utilizados como parâmetros de medição e aplicação de evoluções na carreira, bem como são a base de orientações sobre as melhorias pretendidas no desempenho dos empregados.

- **Níveis Salariais:**

No período de 1997 a 2001, a IMBEL não concedeu qualquer reajuste nos salários dos seus empregados. De 2002 até março de 2008, todos os reajustes concedidos aos trabalhadores foram somente mediante procedimento de Dissídio Coletivo do Trabalho instaurado perante o Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujos índices concedidos limitaram-se apenas à inflação acumulada em cada período (INPC). A partir de abril de 2008, a Direção da IMBEL buscando a recuperação e desenvolvimento da empresa, envidou esforços para negociar junto aos 05 (cinco) sindicatos representativos da categoria, as melhores oportunidades e possibilidades de crescimento da empresa e valorização dos empregados. Apesar de que os índices autorizados (MPOG/DEST) para reajustes salariais se mantivessem limitados ou abaixo da simples reposição da inflação, no período de 2008 a 2010, a empresa conseguiu evitar movimentos grevistas e os Acordos Coletivos do Trabalho foram aprovados em assembleia dos trabalhadores.

A atual condição salarial dos empregados da IMBEL, principalmente aqueles profissionais de nível médio, técnico e superior demanda urgência de recomposição e readequação ao mercado sob pena de aumentar significativamente a evasão de profissionais especialistas e generalistas do quadro de empregados de carreira da IMBEL.

A IMBEL, já elaborou um novo Plano de Empregos, Carreiras e Salários para os empregados, e atualmente o PECS está em fase de análise e aprovação no DEST. Diante das diversas restrições e limitações orçamentárias, o citado Plano visa inicialmente, recuperar apenas uma parte das defasagens salariais acumuladas desde 1997 até 2010.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Não ocorreu transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

A IMBEL integra a administração indireta do Governo Federal e, por ter sido inserida no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a partir de 2008 vem buscando adaptar-se paulatinamente às regras a que passou a estar subordinada, implantando os contratos no SIASG.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade		
		Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	16	14	28
	Entregaram a DBR	16	14	28
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: DPRHU

8.2 Análise Crítica

A atividade de acompanhamento, cobrança e recepção das Declarações de Bens e Rendas – DBR é de competência da Diretoria Administrativa, através do Departamento de Recursos Humanos corporativo. Essa atividade é desenvolvida, anualmente, no período de transmissão eletrônica para a Receita Federal do Brasil, da Declaração de Imposto de Renda, mediante solicitação formal (memorando, fax ou e-mail) endereçada aos Diretores e Superintendentes das Unidades da IMBEL, com a finalidade de que sejam tomadas todas as providências cabíveis para o devido cumprimento do previsto na Portaria Normativa nº 434, de 24 de agosto de 1994, que especificou as instruções gerais no âmbito do Ministério do Exército, para a apresentação da Declaração de Bens e Rendas, previsto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Conforme definido nas citadas legislações, a apresentação das DBR's é feita pelos empregados e/ou militares cedidos que exercem cargos de confiança (livre provimento), assim considerados no Regimento Interno da IMBEL (Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Assessores, Superintendentes e Chefes de Divisão). Os ocupantes de cargo de confiança mencionados, após a transmissão das Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF à Receita Federal do Brasil, enviam cópia das respectivas Declarações, em envelope devidamente identificado, lacrado, rubricado e com a classificação sigilosa de confidencial (art. 13 da Portaria Normativa 434/1994), ao Departamento de Recursos Humanos, não sendo permitido à IMBEL violar os envelopes para verificação ou análise de seu conteúdo. Tais envelopes ficam arquivados na IMBEL à disposição do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx).

Atualmente, não há sistema informatizado para esse gerenciamento ou autorização eletrônica do empregado para acesso às informações diretamente na base de dados na Receita Federal do Brasil.

O Departamento de Recursos Humanos efetua as cobranças das Declarações até que todos os ocupantes de cargos de confiança cumpram o previsto na legislação. Sendo que, os mesmos são alertados da obrigatoriedade e responsabilidade do ato.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17 Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18 Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19 Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20 As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21 As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22 As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada , tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo..			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho..				X	
Considerações gerais: No ano de 2011, a IMBEL careceu da formalização do setor de Controle Interno Institucional. A Direção da Empresa e das Fábricas aplicaram procedimentos no sentido de monitorar os planejamentos e as atividades realizadas, bem como, a forma de emprego dos recursos públicos. Em Fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o novo Regimento Interno da IMBEL que contempla a estrutura formal do Controle Interno no nível de assessoria. Até a confecção deste relatório, os procedimentos relativos à estruturação do Controle Interno estavam sendo implementados.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? A grande maioria dos processos produtivos das unidades de produção da UJ utiliza critérios de preservação ambiental, uma vez que considerável fração dos insumos e rejeitos de fabricação exige cuidados especiais, por se tratarem de produtos controlados por organismos específicos, que estabelecem critérios de sustentabilidade e segurança no manuseio, transporte e descarte. Como exemplo pode ser citado o descarte de “águas vermelhas”, rejeito oriundo da fabricação de explosivos, cuja licitação exigiu a capacitação técnica do prestador do serviço para processar em conformidade com as leis ambientais todo o material descartado, devendo possuir autorização do organismo ambiental competente para a atividade.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? A partir de abril de 2008, a UJ passou à condição de Empresa Pública dependente, fato que impôs a necessidade de utilização plena dos critérios estabelecidos pela Lei 8.666/93. A inclusão de critérios como ISO, salvo entendimento contrário, não é permitida pela Lei de Licitações			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Uma das unidades de produção da UJ possui uma geradora de energia elétrica. Esta atividade vem sofrendo uma reestruturação visando a sua adequação aos padrões modernos de utilização da energia gerada, desonerando a Empresa do custo de aquisição de energia, bem como possibilitando a venda dos excedentes à concessionária local. Adicionalmente, em menor escala, estão sendo adquiridos bens como equipamentos elétricos possuidores do selo “procel” além da substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas eletrônicas, onde isso é possível.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Basicamente papéis.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não foram introduzidos critérios específicos relativos à economia de combustíveis nos processos licitatórios. A empresa se utiliza dos critérios já estabelecidos pelos órgãos de controle que regulam a fabricação de veículos, estabelecendo os padrões mínimos para as emissões gasosas, por exemplo.				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? A IMBEL semanalmente divulga por email um jornal interno para todos os servidores, chamado de "INFORMATIVO", sendo também impresso pela UJ onde é divulgado em quadros internos. O "INFORMATIVO" possui informações dos lançamentos, planejamento e ocorridos nas UJ's, aniversariantes da semana, série da segurança da informação da IMBEL, campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente, preservação de recursos naturais e segurança do trabalho. Nas UJ's, anualmente, é realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho), durante a semana são realizadas atividades envolvendo os servidores com o objetivo de promover a conscientização. Entre as atividades estão palestras (AIDS, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, etc...), treinamentos, avaliações médicas, etc.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? A IMBEL semanalmente divulga por email um jornal interno para todos os servidores, chamado de "INFORMATIVO", sendo também impresso pela UJ onde é divulgado em quadros internos. O "INFORMATIVO" possui informações dos lançamentos, planejamento e ocorridos nas UJ's, aniversariantes da semana, série da segurança da informação da IMBEL, campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente, preservação de recursos naturais e segurança do trabalho. Nas UJ's, anualmente, é realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho), durante a semana são realizadas atividades envolvendo os servidores com o objetivo de promover a conscientização. Entre as atividades estão palestras (DST/AIDS, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, etc), treinamentos, avaliações médicas, etc.					X
Considerações Gerais:					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.11.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	SP	158	158
	PIQUETE	158	158
	MG	292	292
	ITAJUBA	226	226
	JUIZ DE FORA	66	66
	RJ	284	284
	MAGÉ	284	284
Subtotal Brasil		734	734
EXTERIOR	NÃO HÁ	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		734	734

Fonte: DIVISAO PATRIMÔNIO IMBEL

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS
NÃO SE APLICA A IMBEL

Fonte:

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB-
RESPONSABILIDADE DA UJ

NÃO SE APLICA A IMBEL

Fonte:

Análise crítica:

O controle destes bens é feito por intermédio do sistema DATASUL - EMS e com visitas *in loco*. Não há bens sem registros.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	19 SERVIDORES				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Foi realizada pela DPTIC –Departamento Tecnologia Informação e Comunicação usando como base as orientações da SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e acórdãos do TCU.					

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

O **Quadro A.13.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR
PORTADOR

NÃO SE APLICA A IMBEL EMPRESA PÚBLICA

Valores em
R\$ 1,00

Fonte:

O **Quadro A.13.2** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo citado, contempla a despesa com Cartão de Crédito Corporativo de maneira consolidada, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (4) quatro colunas, a saber: exercícios; saque, subdividindo-se em quantidade e valor; fatura, também subdividindo-se em quantidade e valor; e, por fim, total. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE
HISTÓRICA)

NÃO SE APLICA A IMBEL EMPRESA PÚBLICA

Valores em R\$
1,00

Fonte:

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

A IMBEL não foi beneficiada por renúncia tributária.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

O **Quadro A.15.1** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.400/2010-0				Of N° 49/2011-TCU/SEFTI de 10/1/2011
2	032.608/2010-1	1849/2006-TCU- PLENÁRIO 329/2008-TCU-Plenário	9.4 9.5 9.6 9.1	DE	Of N° 50/2011 – TCU/SECEX-3 de 31/01/2011
3	017.384/2009-6	1849/2006-TCU-Plenário 329/2008-TCU-Plenário	9.4	DE	Of N° 77/2011-TCU/SECEX-3 de 08/02/2011
4	025.588./2010-9	(*)		DE	Of. 1571/2011-TCU/SECEX-3 de 17/11/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Descrição da Deliberação:					
1. Enviar até o dia 4 de fevereiro de 2011, resposta ao questionário “Sistemas de gestão das empresas estatais”. 2. Audiência do Diretor-Presidente da IMBEL, para que no prazo de 15 (quinze) dias, apresentasse as razões de justificativa quanto ao possível descumprimento, sem causa aparentemente do Acórdão 1.849/2006-TCU-Plenário, ratificado na íntegra pelo Acórdão 329/2008-TCU-Plenário, que trata da admissão de mão-de-obra na IMBEL. 3. Apresentar ao TCU, no prazo de 30 dias, os documentos necessários ao exame da regularidade das despesas com cartões corporativos e pré-pagos no exercício de 2008. 4. Providências, acompanhadas de elementos comprobatórios no que concerne: a. Impropriedades verificadas em processos licitatórios, conforme descritas no item 6 do Relatório de Auditoria de Gestão, elaborado pela Diretoria de Auditoria/SEF/MD firmado em 2 de agosto de 2010. b. Anomalias constantes dos itens 3 a 6 do parecer dos Auditores Independentes Aguiar Feres S/S, elaborado em 9 de março de 2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Síntese da providência adotada:					
1. O questionário foi preenchido e enviado nas formas eletrônica e impressa, pelo Departamento da Tecnologia da Informação e Comunicação (DPTIC). 2. Foi encaminhado ao TCU o Of n° 169-PRESI/2011 de 12/04/2011, do Diretor-Presidente contendo os fundamentados argumentos de que não houve descumprimento às determinações do TCU. 3. Foi encaminhado ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), para posterior remessa ao TCU, o ofício n° 192/PRESI/2011 de 27/04/2011, contendo em anexo os extratos e as justificativas das despesas efetuadas pelos portadores dos respectivos cartões, que foram alvos da diligência daquela Colenda Corte.					

4.a Foi reconhecido que houve uma falha administrativa que se caracterizou na adesão a uma Ata de Pregão Eletrônico/SRP, quando o mesmo não deveria ter ocorrido, pois o material não estava abrangido pelo certame, embora não se visualize a ideia de burlar a Lei 8.666/93, posto que a despesa pelo seu valor (R\$ 13.500,00) se enquadra no inciso II do Art 24 do diploma legal citado. As providências adotadas foram no sentido de capacitar funcionários, intensificando treinamentos na área administrativa, inclusive com a realização de cursos à distância ministrados pelo TCU.

4.b. Foi reconhecido que as anomalias dos eventos contábeis – “Diferido-Pesquisa e Desenvolvimento” e “Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social” -, apontadas no parecer dos Auditores Independentes Aguiar Feres S/S, efetivamente ocorreram, comprovando a existência de falhas nos lançamentos contábeis, embora, não tenham acarretado nenhuma inconsistência. Os eventos apontados foram sanados conforme podem ser comprovados no Relatório da Administração 2010 (páginas 38 e 41)

(*) O processo ainda não possui Acórdão.

Síntese dos resultados obtidos

Com a contratação de novos colaboradores, cursos e estágios de funcionários visando uma melhor capacitação e as rotinas implantadas, a IMBEL obteve um maior controle sobre os processos, bens, direitos e obrigações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Contratação de colaboradores, designação de militares da reserva para Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), transferência da administração da IMBEL de Piquete para Brasília, considerável aporte financeiro para aquisição de equipamento para o Departamento de TI e maior controle da gestão, como consequência de uma sensível melhora na adequação dos operadores do sistema SIAFI, devido a capacitação dos funcionários.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.15.2** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.1** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	10947/1999-0	329/2008-Plenário de 5/03/2008	9.1 9.2 9.2.1-	DE	1) Of N° 1012/2010-TCU/SECEX-3 de 11/08/2010 2) Of N° 451/2008 de 31/03/2008 TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Descrição da Deliberação:					
Desligamento de funcionários admitidos sem concurso público					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil					41066
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A solicitação do Acórdão foi acatada e cumprida em quase sua totalidade pela IMBEL, pois do total de 371 funcionários envolvidos no processo, deixaram de ser desligados apenas 19. O motivo para a permanência desses funcionários deve-se ao fato de que os mesmos se encontram afastados do serviço, decorrente da concessão do auxílio doença ou aposentadoria por invalidez pela autarquia INSS (Art. 471 da CLT). A IMBEL considera este problema resolvido, porém manifestou intenção perante o CCIEx e o Sr Ministro Relator do processo em reunir especialistas de cada órgão envolvido neste processo, com a finalidade de levantar alguma pendência que possa ainda ter permanecido, a qual será prontamente atendida pela Empresa					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ocorreram desmotivações profissionais devido à insegurança ocasionada pelas diversos desligamentos ocorridos entre os funcionários, embora a direção da IMBEL tenha tomado a decisão de manter o seu público interno sempre informado do andamento do processo relativo aos funcionários que deveriam ser desligados da empresa por decisão judicial.					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

O **Quadro A.15.3** abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às recomendações expedidas pelo OCI que as fiscaliza, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil			41066
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE ITAJUBÁ	2.2; 3.2.2 e 4.4	Mensagem via PROTWEB em 26/01/2012, com o RA em anexo.
2	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE JUIZ DE FORA	2.1.2; 3.9; 4.1; 5.2 e 6.1.2	Mensagem via PROTWEB em 30/01/2012, com o RA em anexo.
3	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA ESTRELA	2.2; 3.1.2; 4.3 e 5.4	Mensagem via PROTWEB em 26/01/2012, com o RA em anexo.
4	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA	2.4; 3.6.2 e 4.4	Mensagem via PROTWEB em 26/01/2012, com o RA em anexo.
5	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NA FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS	2.1.2; 3.1.2; 3.2.2; 4.1.2; 4.2.3 e 5.1.2	Mensagem via PROTWEB em 30/01/2012, com o RA em anexo.
6	RELATÓRIO DA VISITA DE AUDITORIA NO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA IMBEL	2.1.2; 3.3; 4.3; 5.2.1.2; 5.2.2.2 e 5.3	Mensagem via PROTWEB em 30/01/2012, com o RA em anexo.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil			41066
Descrição da Recomendação:			
Devido a inclusão da IMBEL no SIAFI, trazendo como consequência uma sobrecarga administrativa, agravado pelo fato da empresa perder funcionários por demissão ou desligamento, acarretaram alguns erros operacionais como, por exemplo: falta de conformidade de gestão; falta de numeração e/ou rubricas nas folhas de alguns processos licitatórios, lançamentos de bens móveis e imóveis no patrimônio, entre outros. Não houve, porém, dolo, má fé, dano ao erário ou erro de ordem técnica, somente formal não se constituindo uma irregularidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil			41066
Síntese da providência adotada:			
A IMBEL pratica uma política de constante avaliação do seu processo de gestão, como por exemplo, adota políticas e ações no sentido de contratar novos colaboradores com o intuito de apoiar os chefes de fábrica que se ressentem de claros existentes na UG, diminuindo as lacunas administrativas existentes. Visando aumentar os controles administrativos de um modo geral, contratou um novo Diretor Administrativo Financeiro (DRADM FIN), criou a Controladoria Interna para apoio ao Diretor-Presidente no controle da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. Todas as recomendações constantes do Relatório de Auditoria do OCI foram acatadas ou estão em fase de adoção no âmbito da IMBEL.			
Síntese dos resultados obtidos			

Em consonância com a nova política administrativa do DRADM FIN, aliada a eficiência e eficácia do Controle Interno e ao apoio dado pela direção aos processos estratégicos bem como as políticas e ações de natureza preventiva para alcançar os objetivos traçados pelos chefes das Fábricas, acarretou, consequentemente, um aumento dos resultados na execução das tarefas operacionais, com sensível aumento dos resultados operacionais em diversos setores da empresa.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

1. *Distância entre a Sede e as Unidades Gestoras, torna-se um fator negativo para atuação proativa do Gestor.*
2. *Contingenciamento ou corte de recursos, que interferem no planejamento e na produção industrial da empresa.*

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.15.4** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

As recomendações exaradas nos Relatórios de Auditoria do CCIEx, foram avaliadas e respondidas pelas UG, sendo estas encaminhadas pela direção da IMBEL ao OCI, por intermédio do Ofício nº 041/PRESI/2012 de 4 de abril de 2012.

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não há

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Não há

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

NÃO SE APLICA A IMBEL

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

A análise crítica deve evidenciar os critérios utilizados na elaboração das respectivas demonstrações contábeis, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e da aderência às normas em vigor. Na realização da análise, além da observância dos aspectos acima referidos, o gestor poderá contemplar os seguintes conteúdos:

19.1.1 Para o Balanço Patrimonial:

- a) O confronto do ativo circulante com o passivo circulante;

$$AC = 132.055 \quad PC = 42.396$$

- b) O confronto do passivo exigível com o patrimônio líquido;

$$PC + PNC = 139.242 \quad PL = 166.122$$

- c) O confronto do passivo exigível com o ativo total;

$$PC + PNC = 139.242 \quad \text{ATIVO TOTAL} = 305.364$$

- d) O confronto do resultado da equivalência patrimonial com investimentos em coligadas e controladas;

- e) O confronto do ativo circulante com o passivo circulante;

$$AC/PC = 132.055/42.396 = 3,11$$

- f) O confronto do ativo permanente com o patrimônio líquido;

$$\text{ATIVO PERMANENTE} = 173.309 \quad PL = 166.122$$

- g) O confronto dos passivos contingentes com o patrimônio líquido;

$$\text{PASSIVO CONTINGENTE} = 9.020 \quad PL = 166.122$$

- h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis ao encerramento do exercício

- i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índices de liquidez corrente, de garantia de capitais de terceiros, de endividamento etc.;

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: } AC/PC = 132.055/42.396 = 3,11$$

$$\text{ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL: } AC + \text{ARLP} / PC + PNC = 132.728/139.242 = 0,95$$

$$\text{ÍNDICES DE LIQUIDEZ SECA: } AC - \text{ESTOQUES} / PC = 90.061/42.396 = 2,12$$

$$\text{ENDIVIDAMENTO: CAPITAL TERCEIROS} / PL = 139.242/166.122 = 0,84$$

j) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.2 Para a Demonstração do Resultado do Exercício:

19.1.2 Para a Demonstração do Resultado do Exercício:

a) O confronto do lucro líquido do exercício com a receita operacional líquida;

LL= 36.873 ROL= 69.094

b) O confronto do resultado operacional com o patrimônio líquido médio;

ROL= 69.094 PL= 166.122

c) O confronto do lucro líquido com o patrimônio líquido médio;

LL= 36.873 PL= 166.122

d) O confronto das despesas administrativas com as receitas operacionais;

DESPESAS ADMINISTRATIVAS=(35.336) RECEITAS OPERACIONAIS= 96.358

e) O confronto do resultado do exercício com o ativo total médio;

LL= 36.873 ATIVO TOTAL= 305.364

f) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

As demonstrações contábeis foram analisadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

g) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índices de lucratividade, de rentabilidade operacional do patrimônio líquido etc.;

RENTABILIDADE:

GIRO DO ATIVO = VENDAS LIQUIDAS/ATIVO TOTAL= 69.094 / 305.364=0,23 (Representa quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 investido no Ativo. Quanto maior for o índice melhor);

MARGEM LIQUIDA= LUCRO LIQUIDO / VENDAS LIQUIDAS= 36.873 / 69.094=0,53

(Representa quanto a empresa obtém de lucro para cada r\$1,00 vendido)

h) Valor do dinheiro no tempo.

FORAM CONSIDERADOS OS VALORES MONETÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTES AOS PERÍODOS CONSIDERADOS, SEM AJUSTES OU ATUALIZAÇÕES DO VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO.

19.1.3 Para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

- a) O confronto do saldo de lucros/prejuízos acumulados do exercício anterior (se houver) com o saldo do exercício de referência do relatório de gestão, bem como as justificativas da existência dos referidos saldos;

EXERCICIO 2010 = R\$ 42.599 milhões EXERCICIO 2011 = R\$ 36.875 milhões

- b) Considerações sobre ajustes de exercícios anteriores em virtude de efeitos decorridos de mudanças de critérios contábeis ou de retificação de erros de exercícios anteriores;

Foi realizado Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 1.076 milhões decorrentes de baixa de estoques por permanecer Ordens de Serviços em aberto na linha de produção decorrentes de anos anteriores e constarem como se estivessem na Produção.

- c) Considerações sobre a incorporação de lucros ao capital social, bem como sobre as reversões de reservas constituídas anteriormente;

O Lucro do Exercício foi absorvido pelo Prejuízo Acumulado

- d) Considerações sobre a destinação do lucro do exercício de referência do relatório de gestão;

O Lucro do Exercício foi absorvido pelo Prejuízo Acumulado

- e) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem

f) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices, caso tenha sido utilizados para elaboração da análise crítica.

Não é o caso

g) Valor do dinheiro no tempo.

FORAM CONSIDERADOS OS VALORES MONETÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTES AOS PERÍODOS CONSIDERADOS, SEM AJUSTES OU ATUALIZAÇÕES DO VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO.

19.1.4 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

a) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o passivo circulante;

O PASSIVO CIRCULANTE teve uma variação (decréscimo) de R\$ 17.950 milhões, enquanto as ATIVIDADES OPERACIONAIS obteve um Fluxo de R\$ 32.351 MILHÕES de INGRESSOS e R\$ 33.332 MILHÕES DE SAÍDAS , obtendo uma variação de R\$ 918 mil.

b) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o pagamento de dividendos ou com o pagamento de juros sobre o capital próprio;

Não houve pagamento de DIVIDENDOS e nem Juros sobre o CAPITAL PRÓPRIO.

c) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o resultado patrimonial do exercício;

O CAIXA LÍQUIDO foi de R\$ 30.598 milhões INICIAL e FINAL de R\$ 47.719 milhões, portanto um acréscimo de R\$ 17.121 milhões, o que corresponde a 46,43% do resultado do exercício (RESULTADO DO EXERCÍCIO de 36.875 milhões)

d) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o total do passivo;

O CAIXA LÍQUIDO foi de R\$ 30.598 milhões INICIAL e FINAL de R\$ 47.719 milhões, portanto um acréscimo de R\$ 17.121 milhões, o que corresponde a 5,6% do TOTAL DO PASSIVO de R\$ 305.364 milhões.

e) O confronto entre o fluxo das operações com os fluxos das atividades de investimento e de financiamento;

ATIVIDADES OPERACIONAIS: um Fluxo de R\$ 32.351 MILHÕES de INGRESSOS e R\$ 33.332 MILHÕES DE SAÍDAS , obtendo uma variação de R\$ 918 mil;

ATIVIDADES INVESTIMENTOS de R\$ 25.736 MILHÕES ;

FINANCIAMENTOS R\$ 0,0

f) O confronto do fluxo das operações com o lucro líquido do exercício;

ATIVIDADES OPERACIONAIS: um Fluxo de R\$ 32.351 MILHÕES de INGRESSOS e R\$ 33.332 MILHÕES DE SAÍDAS , obtendo uma variação de R\$ 918 mil;

RESULTADO DO EXERCÍCIO de 36.875 milhões

- g) O confronto do fluxo de caixa gerado no exercício com os fluxos gerados nos dois exercícios anteriores;

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011
Resultado do Exercício	48.899	54.787	43.838
INGRESSOS	33.475	15.903	32.351
SAÍDAS	(54.966)	(68.945)	(59.068)
AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA	27.408	1.745	17.121

- h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS, METODOLOGIA DA COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES PELOS VALORES HISTÓRICOS.

- i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índice de cobertura de investimento, índice de financiamento dos investimentos etc.;

Os índices e interpretações foram realizados de acordo com os questionamentos solicitados.

- j) Valor do dinheiro no tempo.

FORAM CONSIDERADOS OS VALORES MONETÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTES AOS PERÍODOS CONSIDERADOS, SEM AJUSTES OU ATUALIZAÇÕES DO VALOR DO DINHEIRO NO TEMPO.

19.1.5 Para a Demonstração do Valor Adicionado:

A IMBEL não realiza esta demonstração de acordo com a LEI 6.404 (Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

19.1.3 Para a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:

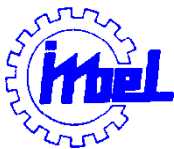
- a) O confronto do saldo de lucros/prejuízos acumulados do exercício anterior (se houver) com o saldo do exercício de referência do relatório de gestão, bem como as justificativas da existência dos referidos saldos;
- b) Considerações sobre ajustes de exercícios anteriores em virtude de efeitos decorridos de mudanças de critérios contábeis ou de retificação de erros de exercícios anteriores;
- c) Considerações sobre a incorporação de lucros ao capital social, bem como sobre as reversões de reservas constituídas anteriormente;
- d) Considerações sobre a destinação do lucro do exercício de referência do relatório de gestão;
- e) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
- f) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices, caso tenha sido utilizados para elaboração da análise crítica.
- g) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.4 Para a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

- a) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o passivo circulante;
- b) O confronto do fluxo das atividades operacionais com o pagamento de dividendos ou com o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- c) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o resultado patrimonial do exercício;
- d) O confronto do caixa líquido gerado nas operações com o total do passivo;
- e) O confronto entre o fluxo das operações com os fluxos das atividades de investimento e de financiamento;
- f) O confronto do fluxo das operações com o lucro líquido do exercício;
- g) O confronto do fluxo de caixa gerado no exercício com os fluxos gerados nos dois exercícios anteriores;
- h) Princípios/metodologia utilizados na elaboração da análise;
- i) Fórmula de cálculo e forma de interpretação dos índices utilizados para elaboração da análise crítica, tais como índice de cobertura de investimento, índice de financiamento dos investimentos etc.;
- j) Valor do dinheiro no tempo.

19.1.5 Para a Demonstração do Valor Adicionado:

A IMBEL não realiza esta demonstração.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010



(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011	2010	PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes	4	47.719	30.598	Fornecedores	12	4.212	5.761
Clientes	5	25.687	37.475	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	13	12.453	24.249
Estoques	6	41.994	52.206	Adiantamento de clientes	14	10.149	10.477
Impostos a recuperar	7	7.897	6.829	Provisões para contingências	15	9.020	13.189
Despesas Antecipadas	8	4.433	4.035	Provisões diversas		5.573	5.889
Outros créditos	9	4.325	2.643	Outros débitos		989	781
		132.055	133.786			42.396	60.346
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Créditos a Receber	9	673	673	Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	13	84.085	86.760
INVESTIMENTOS	10	1.808	1.808	Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos		12.761	13.292
IMOBILIZADO	11	170.017	153.344			96.846	100.052
INTANGÍVEL		811	579				
		173.309	156.404	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		378.460	378.460
				Reserva de reavaliação		71.691	72.724
				Prejuízos acumulados		(284.029)	(321.392)
						166.122	129.792
TOTAL DO ATIVO		305.364	290.190	TOTAL DO PASSIVO		305.364	290.190

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega
Contador - CRC DF-020236/O-0
CPF 808.827.907-06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro- IMBEL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)



	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado interno	64.489	67.274
Mercado externo	9.606	8.295
Prestação de serviços e revenda	22.263	14.655
	96.358	90.224
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		
Vendas canceladas	(1.564)	(465)
Impostos incidentes sobre venda e serviço	(25.700)	(23.757)
	(27.264)	(24.222)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	69.094	66.002
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(58.393)	(56.403)
LUCRO BRUTO	10.701	9.599
Despesas administrativas	(35.336)	(36.841)
Despesas comerciais	(3.566)	(2.436)
Despesas tributárias	(2.125)	(1.700)
Despesas com pesquisa	(1.383)	(3.420)
Manutenção de capacidade estratégica (nota 18)	(28.805)	(24.339)
Variação no estoque	(2.882)	1.592
Refugos	(2.035)	(2.119)
Garantia de qualidade do produto	(773)	(1.594)
Outras (despesas) receitas operacionais	7.310	(3.036)
Receita Orçamentária	104.976	123.560
	35.381	49.667
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	46.082	59.266
Despesas financeiras	(2.244)	(4.479)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	43.838	54.787
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.965)	(12.188)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	36.873	42.599

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega
Contador - CRC DF-020236/O-0
CPF 808.827.907-06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	378.460	87.645	(366.683)	99.422
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.629)	1.629	-
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	-	(13.292)	-	(13.292)
Resultado do exercício anterior	-	-	1.063	1.063
Resultado do exercício	-	-	42.599	42.599
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	378.460	72.724	(321.392)	129.792
Realização da reserva de reavaliação		(1.564)	1.564	-
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		532		532
Resultado do exercício anterior		-	(1.076)	(1.076)
Resultado do exercício		-	36.875	36.875
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	378.460	71.692	(284.029)	166.123

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega
Contador - CRC DF-020236/O-0
CPF 808.827.907-06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL -

Vinculada ao Ministério da Defesa - Exército Brasileiro



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	36.873	42.599
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Realização da reserva de reavaliação	1.564	1.629
Tributos sobre Realização reserva reavaliação	(532)	-
Baixa do saldo negativo de CSLL a compensar referente ao exercício 2009	364	1.063
Ajustes de Exercícios Anteriores	(906)	-
	490	2.692
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	37.363	45.291

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega
Contador - CRC DF-020236/O-0
CPF 808.827.907-06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E
2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício (antes do IRPJ e CSLL)	43.838	54.787
Ajuste por		
Depreciações e amortizações	8.669	7.421
Valor residual de bens baixados	(165)	531
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.584)	(625)
Provisão para perdas no estoque / processos trabalhistas	(5.729)	3.450
Outras despesas que não representam movimentação no caixa	(436)	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.965)	(12.188)
Lucro ajustado	37.628	53.376
DECRÉSCIMO (ACRÉSCIMO) DE ATIVOS		
Clientes	11.788	(21.784)
Estoques	10.212	(4.299)
Impostos a recuperar	(1.068)	2.497
Despesas antecipadas	(398)	(1.175)
Outros créditos	1.682	(240)
	22.216	(25.001)
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) DE PASSIVOS		
Fornecedores	(1.549)	2.004
Obrigações trabalhistas e tributárias	(14.231)	(14.293)
Adiantamentos de clientes	(327)	(724)
Outras contas a pagar	(880)	1.775
	(16.987)	(11.238)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	42.857	17.137
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de ativo imobilizado e intangível	(25.736)	(15.392)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25.736)	(15.392)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.121	1.745
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	30.598	28.853
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	47.719	30.598

Álvaro Henrique Vianna de Moraes

Diretor-Presidente

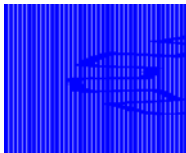
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega

Contador - CRC DF-020236/O-0

CPF 808.827.907-06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de reais)**

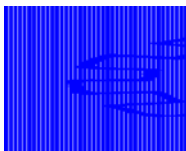
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL foi criada pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que autorizou o Poder Executivo a constituí-la na forma de empresa pública, hoje vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

As atividades compreendem, além de fabricar materiais de defesa dentro das políticas e dos programas do Governo Federal, promover, com base na iniciativa privada, o desenvolvimento da indústria de material de defesa de interesse do Exército; colaborar com essas empresas no planejamento, na transferência de tecnologia e na implantação de novas unidades industriais; e administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque industrial e outros bens, cuja tecnologia derive da gerada no desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.

A IMBEL tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, com atuação em todo território nacional, possui um escritório administrativo em Piquete - SP e unidades produtivas demonstradas no quadro a seguir:

<u>Sigla</u>	<u>Localização do parque industrial</u>	<u>Material produzido</u>
FPV	Piquete - SP	Fabrição de pólvora, TNT, dinamite e seus componentes químicos
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de grosso calibre
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de equipamentos eletrônicos militares
FI	Itajubá - MG	Fabricação de armas (pistolas, fuzis, carabinas)
FE	Magé - RJ	Fabricação de explosivos em geral



A IMBEL possui duas linhas de produtos, sendo militar e civil, e destacamos como principais os produtos listados no quadro a seguir:

Linha de produtos	Aplicação	
	Militar	Civil
Pólvora química	Munição	Competição esportiva
Pólvora negra	Munição	Fogos de artifícios, mineração e artigos religiosos
Explosivos e acessórios	Munição, minas anticarro, granada e foguete	Mineração, aberturas de estradas, implosão, desmonte de rocha, prospecção mineral, aplicação artística em rocha e metal
Munição de grosso calibre	Munição de defesa	Agricultura (precipitações de chuvas e antigranizo)
Equipamentos eletrônicos	Comunicação em companhias	Computador robustecido para uso em viaturas militares, carros de bombeiros, veículos de transporte de valores, ambulâncias, veículos espaciais utilizados em treinamentos e laboratórios móveis
Armas leves	Defesa nacional	Competição esportiva e segurança pública
Nitrocelulose	Pólvoras	Dinamites para mineração, indústria de tintas, lacas e vernizes

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

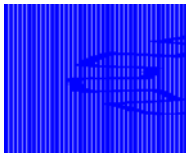
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis ao encerramento do exercício.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

3.2. Disponibilidades



São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

3.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias para mercado interno e 360 dias para mercado externo, e órgãos públicos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

3.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período como manutenção da capacidade estratégica. Estoques de produtos em elaboração e acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.5. Impostos a recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.7. Investimentos

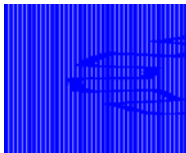
São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

3.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

3.9. Adiantamento de clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes das entregas dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.



3.10. Provisões de férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.12. Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa 15.

3.13. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo regime contábil de competência.

3.14. Receita orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida mediante utilização para pagamentos de suas obrigações.

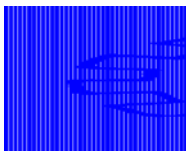
3.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - sendo imposto de renda (25%) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros a até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

3.16. Reserva de reavaliação

De acordo com a Lei nº 11.638/07, que altera e introduz modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com vistas à adoção das práticas contábeis internacionais, a Empresa decidiu manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

	2011	2010
Aplicações Financeiras - BB	41.779	
Caixa e bancos	12	9
Tesouro nacional - Fonte 250	5.928	30.589
	<u>47.719</u>	<u>30.598</u>

A rubrica “Tesouro Nacional – Fonte 250”, registrada no valor de R\$ 47.719 em 2011, e de R\$ 30.598 em 2010, é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na conta do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeiras no presente exercício junto ao Banco do Brasil, constando o saldo de R\$ 41.779 milhões em aplicações em 31 de dezembro de 2011, obtendo no período de julho a dezembro rendimentos bruto de R\$ 888.431,00 e líquido de R\$ 778.610,06 (Imposto de Renda na Fonte R\$ 109.820,94).

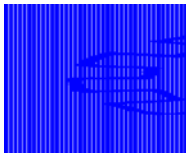
5. CLIENTES

	2011	2010
Clientes - Mercado interno	28.297	38.770
Clientes - Mercado externo	1.951	1.683
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.562)	(2.978)
	<u>25.686</u>	<u>37.475</u>

A rubrica “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, é composta por títulos vencidos há mais de 180 dias para clientes do mercado interno e títulos vencidos há mais de 360 dias para órgãos públicos e clientes do mercado externo.

6. ESTOQUES

	2011	2010
Produtos acabados	3.546	5.058
Mercadorias para revenda	63	192
Produtos em processo	16.985	24.120
Matérias-primas	9.595	10.171
Materiais auxiliares	9.806	10.539
Almoxarifado	1.750	2.247
Importações em trânsito	1.639	1.981
Adiantamento a fornecedores	724	463
Compra para entrega futura	783	2.070
Provisão para perdas	(2.899)	(4.635)
	<u>41.992</u>	<u>52.206</u>



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

A empresa constitui provisão para perdas em seu estoque referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2011	2010
IPI a recuperar	4.041	4.603
ICMS a recuperar	122	577
ICMS a recuperar ativo imobilizado	1.389	1.209
IRPJ a compensar	1.545	96
CSLL a compensar	364	137
COFINS e PASEP a recuperar ativo imobilizado	401	173
Outros	36	34
	<u>7.898</u>	<u>6.829</u>

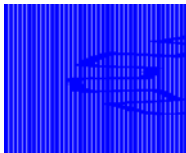
8. DESPESAS ANTECIPADAS

	2011	2010
Custos de serviços a apropriar	3.631	2.586
Manutenção a apropriar	800	1.440
Seguros a apropriar	-	5
Assinaturas a apropriar	2	4
	<u>4.433</u>	<u>4.035</u>

A rubrica “**Custo de serviço a apropriar**”, é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes.

A rubrica “**Manutenção a apropriar**”, é composta por gastos com manutenção de máquinas e equipamentos do parque fabril. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no resultado do exercício.

9. OUTROS CRÉDITOS



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

	2011			2010		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento para conta de férias	1.108		1.108	664	-	664
Cheques em cobrança	17		17	20	-	20
Depósitos judiciais	2.465		2.465	840	-	840
Causas trabalhistas	735		735	1.119	-	1.119
Processo desapropriação de imóveis		673	673	-	673	673
	<u>4.325</u>	<u>673</u>	<u>4.998</u>	<u>2.643</u>	<u>673</u>	<u>3.316</u>

A rubrica “**Processo desapropriação de imóveis**”, registrada no valor de R\$673, é composta pelo imóvel na cidade de Grajaú/RJ, desapropriado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2003. A prefeitura realizou uma avaliação do imóvel em 2003, e com base no laudo PGM 176/2003, o imóvel está avaliado em R\$673.

As rubricas “**Depósitos judiciais**” e “**Causas trabalhistas**”, são compostas por processos trabalhistas que se encontram atualmente em discussão judicial.

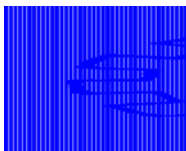
10. INVESTIMENTOS

	2011	2010
Terrenos	933	933
South America Ordenance	30	30
CBC - Cia Brasileira de Cartuchos	622	622
Créditos Eletrobrás	163	163
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	60	60
	<u>1.808</u>	<u>1.808</u>

O valor de R\$ 933 sobre a rubrica de Terrenos referem-se aos imóveis da IMBEL localizados em Viamão - RS.

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, sendo que a South America Ordenance jamais não operou e a IMBEL está tomando providências para o encerramento formal e legal da mesma.

11. IMOBILIZADO



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

				2011	2010
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	0%	55.406	-	55.406	55.406
Edifícios	4%	94.752	(44.581)	50.171	50.689
Instalações administrativas	10%	3.345	(2.525)	820	486
Máquinas e equipamentos	10%	138.337	(106.489)	31.848	25.672
Móveis e utensílios	10%	8.043	(3.857)	4.186	2.841
Veículos	20%	4.089	(2.185)	1.904	1.366
Ferramental	10%	15.851	(11.280)	4.571	4.741
Computadores e periféricos	20%	3.392	(1.997)	1.395	1.366
Museu	0%	1	-	1	-
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	1.264	(472)	792	158
Softwares	10%	-	-	-	-
Biblioteca		29	(22)	7	8
Obras em andamento		14.672	-	14.672	10.611
Adiantamento P/Aquis. De Imobiliár	0	8.311	(4.087)		4.224
		<u>347.492</u>	<u>(177.495)</u>	<u>165.773</u>	<u>157.568</u>

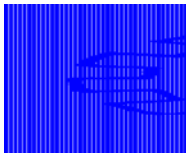
Os ativos registrados na rubrica “Imobilizado” estão registrados no seu custo histórico de aquisição, sendo que no exercício de 2007 a IMBEL procedeu a reavaliação dos bens imóveis.

A empresa julgou ser desnecessário testar a recuperabilidade dos bens do Ativo Imobilizado, pois entende que os valores grafados contabilmente estão próximos do seu valor de realização.

Demonstramos abaixo o resumo das aquisições, baixas e transferências do imobilizado no exercício de 2011.

	2011				
	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas	Transferências	Saldo Final
Terrenos	55.406	-	-	-	55.406
Edifícios	92.325	2.658	(20)	(211)	94.752
Instalações administrativas	3.103	432	(1)	(188)	3.346
Máquinas e equipamentos	128.491	9.599	(162)	408	138.336
Móveis e utensílios	6.469	1.838	(256)	(9)	8.042
Veículos	3.009	1.080	-	-	4.089
Ferramental	15.102	749	-	-	15.851
Computadores e periféricos	2.902	490	-	-	3.392
Benfeitorias imóveis de terceiros	615	649	-	-	1.264
Biblioteca	29	-	-	-	29
Obras em andamento	10.611	7.304	(3.243)	-	14.672
Adiantamento P/Aquis. De Imobiliár	0	8.311	(4.087)	-	4.224
	<u>318.062</u>	<u>33.110</u>	<u>(7.769)</u>	<u>-</u>	<u>343.403</u>

Comparando os saldos existentes nos encerramentos dos exercícios de 2011 (R\$ 347.492) e 2007 (R\$ 263.598), o aumento do imobilizado foi de 31,83%, reflexo da política de investimento na estrutura fabril iniciado em 2008.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

12. FORNECEDORES

	2011	2010
Fornecedores nacionais	2.944	5.612
Fornecedores estrangeiros	1.268	149
	<u>4.212</u>	<u>5.761</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

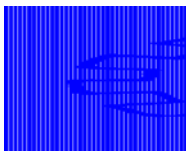
	2011			2010		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	1.421	53.686	55.107	11.927	51.668	63.595
Estaduais e municipais	6.765	18.513	25.278	10.646	21.230	31.876
Encargos e contribuições	1.722	11.886	13.608	1.539	13.862	15.401
Obrigações trabalhistas	2.545	-	2.545	137	-	137
	<u>12.453</u>	<u>84.085</u>	<u>96.538</u>	<u>24.249</u>	<u>86.760</u>	<u>111.009</u>

As obrigações de ordem tributária são oriundas de períodos anteriores, as quais vêm sendo objeto de parcelamentos, com prazos que chegam a 130 meses.

As “Obrigações Tributárias” de longo prazo estão distribuídas conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Exigível a Longo Prazo	Término do Parcelamento
FNDE - PAES	923	2013
ICMS/RS - Dívida Ativa	1.772	2013
ICMS/SP - Dívida Ativa	12.171	2017
Débitos Federais - PAES/PAEX	53.686	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	3.805	2018
ICMS/RJ - Dívida Ativa	765	2018
FGTS - Dívida Administrativa	4.472	2018
INSS - PAES	6.492	2018
	<u>84.086</u>	

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

	2011	2010
Adiantamento de clientes - nacional	10.149	10.474
Adiantamento de clientes - estrangeiro	3	3
	<u>10.152</u>	<u>10.477</u>

A rubrica “Adiantamento de Clientes”, é composta por contratos mantidos com o Exército Brasileiro, clientes nacionais e clientes estrangeiros, para futuras aquisições de produtos e serviços.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2011	2010
Provisões trabalhistas/rescisórias - FPV	6.676	6.676
Provisões trabalhistas/rescisórias - FJF	520	989
Provisões trabalhistas/rescisórias - FMCE	23	105
Provisões trabalhistas/rescisórias - FI	1.545	4.339
Provisões trabalhistas/rescisórias - FE	256	1.080
Provisões trabalhistas/rescisórias - SEDE	-	-
	<u>9.020</u>	<u>13.189</u>

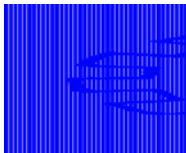
Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa estava sujeita a ações judiciais de natureza trabalhistas/rescisórias e indenizatórias, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

A Administração, baseada na análise individual dos processos e acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a provisão para contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2011	2010
Capital social	378.460	378.460
Reserva de reavaliação	71.692	72.724
(Prejuízos) acumulados	<u>(284.029)</u>	<u>(321.392)</u>
	<u>166.123</u>	<u>129.792</u>

A rubrica “Reserva de reavaliação”, registrada no valor de R\$71.692 (R\$72.724 em 2010), é composta pela reavaliação de edifícios e terrenos, demonstrados no quadro a seguir:



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

	2011	2010
Reserva de reavaliação - Edifícios	37.532	39.096
Reserva de reavaliação - Terrenos	46.920	46.920
Provisão para IRPJ/CSLL	(12.761)	(13.292)
	<u>71.691</u>	<u>72.724</u>

Em 2010, foi contabilizada a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, a taxa de 15% e 9%, conforme Decreto 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda em vigor respectivamente, conforme determina a NPC 24 e Deliberação CVM nº 183/95.

Os valores de R\$1.564 e R\$ (1.076) que constam na Demonstração de Resultado Abrangente e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referem-se ao estorno da depreciação da reserva de reavaliação a taxa de 4% ao ano sobre a rubrica Reserva de reavaliação - Edifícios e Ajustes de Resultado de Exercícios Anteriores.

17. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

A rubrica “Manutenção da capacidade estratégica”, registrada no valor de R\$ 28.805, é composta por gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção.

18. CUSTOS

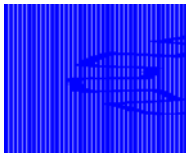
Em atenção as recomendações anteriores de Auditores Independentes, de estudos e análises realizadas pela empresa, pelos órgãos de Administração Superior e de Controle, a Diretoria Executiva da IMBEL em reuniões realizadas em 20/04, 03/10 e 28/11 de 2011, decidiu suspender o fornecimento de produtos a SPRINGFILED, partir de 30/12/2011, data do encerramento do Contrato.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Contas a Receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. Os contratos de financiamento ou passivos financeiros estão acrescidos dos encargos contratuais, refletindo, assim, os valores de mercado.



A Empresa não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes à taxa de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.

21. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração da Diretoria é determinada pelos Decretos nº 84.128, de 29 de outubro de 1997, nº 1.971, de 30 de novembro de 1982, e nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, e pelo Ofício nº 2362/A3.3 do Ministério do Exército, de 5 de setembro de 1995; atualizados pela Portaria nº 1.594/MD, de 10 de Dezembro de 2009.

A maior, e a menor remuneração dos administradores e empregados da Empresa no mês de dezembro de 2011 estão discriminadas a seguir:

a) Dirigentes

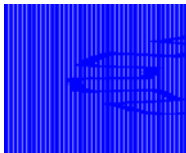
	2011	2010
Maior	14.326,13	14.326,13
Menor	12.893,51	12.893,51

b) Empregados

	2011	2010
Maior	7.053,82	5.237,85
Menor	828,48	779,31

22. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO PUBLICADO E O BALANÇO SIAFI

Em atendimento ao item 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação dos valores publicados com aqueles relativos aos demonstrativos obtidos via SIAFI, apresentamos as conciliações entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64, encerrado em 31 de dezembro de 2011.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL



Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

	Lei nº6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Ativo Circulante	132.055	147.961	(15.906)
Ativo Não Circulante	173.309	174.086	(777)
Total do ativo	305.364	322.047	(16.683)
Passivo Circulante	42.396	27.796	14.600
Passivo Não Circulante	96.846	99.688	(2.842)
Capital Social	378.460	378.460	-
Reservas	71.691	72.724	(1.033)
Resultado Acumulado	(284.029)	(256.621)	(27.408)
Total do passivo	305.364	322.047	(16.683)

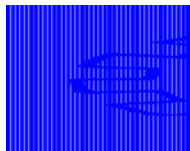
A Imbel, como Empresa Pública, se reveste da Lei 6.404/76 (Leis das Sociedades por Ações), utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP – Datasul E.M.S), que lhe permite de maneira segura controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar seu Resultado.

Após sair do Orçamento de Investimento e ingressar no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social (Ano 2008), passa a ser uma Empresa Pública Dependente, se revestindo também da Lei 4.320/64 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro) e Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que lhe permite de maneira segura controlar a Execução Financeira e Orçamentária.

Com essa dualidade de Legislação e de Sistema, a IMBEL, em conjunto com o Centro de Controle Interno do Exército e a Coordenação Geral de Contabilidade da STN, está envidando esforços na compatibilização desses valores e implantação de procedimentos técnicos e administrativos, visando harmonizar as duas sistemáticas de contabilização, com o objetivo de operacionalizar no SIAFI todos os atos e fatos administrativos que modificam o Patrimônio da Empresa, considerando que todas as diferenças são conciliáveis.

Álvaro Henrique Vianna de Moraes
Diretor-Presidente
CPF 081.622.807-82

Joselino de Oliveira Nóbrega
Contador – CRC DF -020236/O-0
CPF 808.827.907-06



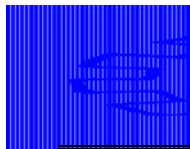
20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

20.1 Composição Acionária do Capital Social

A Composição Acionária do Capital Social da UJ como entidade investida incluirá a sua denominação completa, a relação dos acionistas com respectivas participações, divididos em governamentais e *free float* no exercício de referência e nos dois (2) anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro B.4.1** abaixo.

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)				
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%



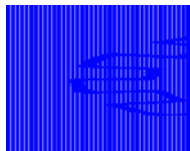
20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

A Composição Acionária da UJ como investidora incluirá a sua denominação completa; a relação das empresas investidas no exercício de referência e nos dois (2) exercícios imediatamente anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro B.4.2** abaixo.

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010			
Denominação completa:			
INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Companhia Brasileira de Cartucho	1%	1%	1%
South América SA	33,34%	33,34	33,33

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011			
Denominação Investidora			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Companhia Brasileira de Cartucho	1%	1%	1%
South América SA	33,34%	33,34	33,33
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Não se aplica a Imbel			



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



20.3 Parecer Auditoria Independente



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES

PORTO ALEGRE - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BRASÍLIA

WWW.TGBAUD.COM.BR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores da

INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL

BRASILIA - DF

Examinamos as demonstrações financeiras INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da IMBEL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da IMBEL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

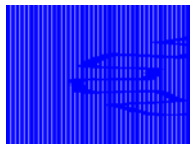
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.6, os Investimentos mantidos pela IMBEL estão avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor recuperável, quando aplicado e respectiva provisão para perda, no entanto, os registros contábeis não evidenciam esse procedimento, haja vista que os saldos em 31/12/2011 mantêm-se os mesmos do exercício anterior.

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as Demonstrações Contábeis da sua subsidiária integral "South America Ordnance". Não nos foi possível assegurar a adequabilidade dos referidos ativos, bem como das possíveis provisões para perdas, uma vez que a escrituração contábil da subsidiária não se encontra atualizada em razão de ter sido encerrada, por iniciativa da IMBEL, em outubro de 2009, as atividades do escritório de representação. A administração da IMBEL informou a respeito das providências tomadas, via processo administrativo em comum acordo com os outros acionistas (SCHAIN e BAY SISTEM) para o fechamento da empresa, haja vista que, efetivamente, a subsidiária nunca entrou em operação. Como evento subsequente, em 16 de janeiro de



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



GLOBAL TECHNOLOGY FOR BUSINESS

TGB - AUDITORES E CONSULTORES

PORTO ALEGRE - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - BRASÍLIA
WWW.TGBAUD.COM.BR

2012, os sócios reuniram-se, aprovando em Assembleia Geral Extraordinária, além de outras deliberações, a dissolução, liquidação e extinção da SOUTH AMERICA ORDNANCE S.A, e, nomeando um liquidante, o qual caberá tomar todas as providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da Companhia.

Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 3.7 o Ativo Imobilizado está registrado pelo seu custo de aquisição e/ou formação e a depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica dos bens. Essa prática não traduz o preceituado pelos CPC's 01 – Valore Recuperável de Ativos e 27 – Ativo Imobilizado, haja vista que as máquinas e equipamentos não tiveram seu valor recuperável testados, os bens imóveis foram reavaliados em 2007 conforme nota explicativa 11, sendo que a IMBEL julga desnecessário o teste de recuperabilidade, pois não há evidências que estejam registrados contabilmente a um valor superior ao de mercado ou uso, no entanto, frisamos que, no cálculo da depreciação não está sendo considerado o valor residual dos ativos o que influencia diretamente na determinação de uma nova vida útil desses bens.

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IMBEL em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

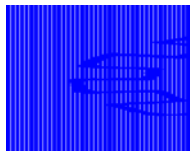
Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós e emitimos relatório datado de 04 de fevereiro de 2011, com as modificações constantes no parágrafo de Base para Opinião com Ressalva sobre as demonstrações contábeis e a seguinte modificação: "Custo - A empresa mantém um contrato de fornecimento de armas leves para exportação com a empresa norte americana (Springfield Armory), o qual, por força de valorização ou desvalorização cambial, é objeto de revisões periódicas, com aditivos para repactuação dos valores celebrados. Em 2010, o preço de venda dessas armas, face à grande desvalorização do US\$ americano, ficou inferior ao custo de produção, fato que resultou em um desnível operacional de R\$ 2.841.554,88. Tal fato provocou a tomada de medidas, por parte da Direção da IMBEL, que resultassem de forma imediata, no estancamento do prejuízo operacional, tais como a redução do fornecimento dos produtos e uma renegociação do contrato vigente, com salvaguardas reais de proteção à IMBEL, dos preços a serem pactuados. Além dessas medidas, a Direção da IMBEL informou que foram contratadas empresas especializadas para analisar e propor a redução dos custos de fabricação dos produtos fornecidos à SPRINGFIELD ARMORY, como forma de adequar à nova realidade financeira internacional. De acordo com informações da Direção, a Fábrica de Itajubá (FI) unidade da IMBEL que fornece os produtos à SPRINGFIELD ARMORY está, também, direcionando sua produção para outro produto com a finalidade de atender às Forças Armadas Brasileira (Exército, Marinha e Aeronáutica) com projeção de demanda para os próximos 10 (dez) anos, fato que propiciará à IMBEL, conquistar, paulatinamente, o almejado equilíbrio de suas receitas e despesas".

Brasília (DF), 30 de março de 2012.

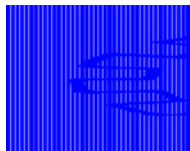

TGB - AUDITORES E CONSULTORES S/S
3622/O-0 - "S" - DF
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
Contadora CRC/RS 065.932/O-7 - "S" - DF
Responsável Técnica



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –
CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES
AFINS



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



21. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

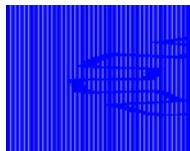
NÃO SE APLICA A IMBEL

23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL



25. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

25.1 Remuneração paga aos administradores

A política de remuneração dos administradores, bem como os valores detalhados e consolidados pagos aos membros de cada órgão devem ser demonstrados por intermédio do conteúdo descritivo abaixo e dos quadros seguintes. Para fins de atendimento deste item, consideram-se órgãos a diretoria estatutária, o conselho de administração e o conselho fiscal.

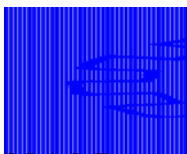
25.1.1 Política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal

A política de remuneração dos membros da diretoria da IMBEL é regulada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

De acordo com o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, a aprovação da remuneração dos administradores e conselheiros, depende de prévia manifestação do DEST. Por outro lado, o § 6º do art. 17 do Decreto Lei nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 (Estatuto Social da IMBEL), estabelece que os salários e demais vantagens dos diretores serão fixados pelo Ministro de Estado da Defesa, por proposta do Comandante do Exército, observada a legislação pertinente.

Quanto à remuneração específica dos membros dos conselhos de administração e fiscal de empresa estatal federal, fará jús à remuneração média mensal dos diretores da respectiva empresa, de acordo com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Especificamente, na IMBEL, o mesmo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 estabelece em seu Art. 30 que, salvo impedimento legal, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, civis e militares, farão jús à remuneração mensal correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média dos diretores, cabendo ainda o direito de transporte e percepção de diárias àqueles que não residirem no local em que se realizarem as reuniões.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



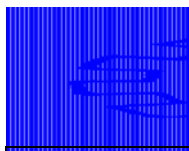
25.1.2 Demonstrativos sobre a remuneração de membros de diretoria e de conselhos

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	ou	nov	dez	Total
Gen. AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA	1/5/2009	1/7/2011	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	7.951,02
Gen. Div. ALÉSSIO RIBEIRO SOUTO	26/6/2009	1/7/2011	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	7.951,02
GEN. Div. JOSÉ ALBERTO DA COSTA ABREU	3/9/2010		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
RODRIGO ANDRÉ DE CASTRO S. REGO	21/1/2007		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
JOELSON VELLOZO JUNIOR	30/10/2008	1/7/2011	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	7.951,02
IONE TEREZA ARRUDA DE MENDES HEILMANN	1/8/2011		-	-	-	-	-	-	-	2.546,37	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	7.847,05
Gen. Bda R/1 ÁLVARO HENRIQUE VIANNA DE MORAES	29/8/2008		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
1º TenR/1CARLOS BARBOSA	26/9/2005		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	ou	nov	dez	Total
Gen Bda OSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA	1/4/2009		-	-	-	-	-	-	-	2.546,37	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	7.847,05
Gen. Bda. PAULO CÉSAR SOUZA DE MIRANDA	20/4/2009	1/6/2011	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	-	-	-	-	-	-	7.951,02
CYRINO ALBERTO REBUELTA NEVES	1/1/2011		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
Tcel JOSELINO DE OLIVEIRA NÓBREGA	29/1/2007	1/7/2011	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17							7.951,02
JORGE COSTA DA SILVA	28/4/2010		1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	15.902,04
MARCO ANTONIO DE FREITAS COUTINHO	1/3/2011	1/3/2011	-	-	1.325,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.325,17
OSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA	1/7/2011		-	-	-	-	-	-	-	2.546,37	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	7.847,05
MOACIR GIMENEZ MELO	1/4/2011		-	-	-	-	-	-	-	2.546,37	1.325,17	1.325,17	1.325,17	1.325,17	7.847,05

FONTE: DPRHU



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro

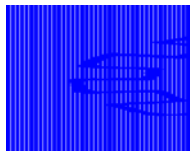


Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão:			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:	5	5	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	757.910,94	676.527,45	459.588,44
a) salário ou pró-labore	757.910,94	676.527,45	459.588,44
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	757.910,94	676.527,45	459.588,44
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
FONTE: DPRHU			

QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em
R\$ 1,00

NÃO SE APLICA A IMBEL



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro



26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

27. PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

28. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE PALICA A IMBEL

29. PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL

30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

NÃO SE APLICA A IMBEL